

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
POLO DE APOIO PRESENCIAL DE TRÊS PASSOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Marisa Walker da Silveira

**O SISTEMA INTEGRAL DE EDUCAÇÃO EM ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO
FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS - RS**

Três Passos

2012

Marisa Walker da Silveira

**O SISTEMA INTEGRAL DE EDUCAÇÃO EM ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO
FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS – RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof^a. Ms. Raquel Engelman Machado

**Três Passos
2012**

Marisa Walker da Silveira

**O SISTEMA INTEGRAL DE EDUCAÇÃO EM ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO
FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS – RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 04 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Andrea Wander Bonamigo

Professora Sueli Maria Goulart Silva

“Acerte em tudo que puder acertar. Mas não se torture com seus erros”

(Paulo Coelho)

RESUMO

Como forma de promover a educação pública de qualidade, mais ampla e completa, vem sendo utilizada a educação em tempo integral, que se caracteriza por maior permanência de crianças e adolescentes no ambiente escolar, com a possibilidade de melhorar a qualidade de ensino e ampliando uma formação cidadã. A educação integral compreende outros aspectos e, entre eles, uma formação que direciona o interesse de crianças e adolescentes para atividades relacionadas à arte, à cultura, aos esportes, ao meio ambiente, além de outras atividades. Com o objetivo geral de analisar esta modalidade de ensino, procedeu-se a pesquisa bibliográfica sobre o tema e sua aplicação na EMEF São José, do município de Três Passos - RS, e aplicação de questionários para professores, direção e coordenação pedagógica da escola, membros da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pais de alunos. O objetivo foi conhecer a opinião dos diferentes grupos envolvidos, em relação a vários aspectos da referida modalidade, na escola estudada, e procurou-se identificar os benefícios e prejuízos que proporciona para os alunos e a comunidade. Após o levantamento e análise dos dados, constatou-se que a escola integral oferece benefícios, devido à diversidade do ensino, alimentação escolar, também, no turno inverso e diminuição de riscos de marginalização, por permanecerem mais tempo no ambiente escolar. Entretanto, ainda existem questões a serem solucionadas, como promover a participação da comunidade de forma mais ativa nas atividades e assuntos da escola, preparar os professores para o pleno exercício da educação integral e desenvolver propostas pedagógicas que atendam plenamente às necessidades da educação integral.

Palavras-chave: Educação. Educação Integral e Viabilidade.

ABSTRACT

In order to promote quality public education, wider and complete, it has been used full-time education, which is characterized by a longer stay of children and adolescents in the school environment, with the possibility of improving the quality of teaching and promoting a more civic education. Full-time education includes other aspects, among them, a formation that directs the interest of children and teens for activities related to art, culture, sports, environment and others. With the main objective of analysing this kind of education, it was realized the reading on the subject literature and its application in the EMEF São José, in the city of Três Passos - RS, and the application of questionnaires for the teachers, direction and teaching coordination of the school, for the members of the City Department of Education and Culture and for students' parents. The objective was to know the opinion of different groups involved, in relation to many aspects of this kind of education, in the school, and tried to identify the benefits and losses for students and the community. After surveying and analyzing data, it was found that the full-time school provides benefits, because of the diversity of teaching, school feeding, also, in the opposite turn and decreasing in the risk of marginalization by staying longer in the school environment. However, there are still things to be solved, such as to promote the active participation of the community in the activities and issues of school, also to prepare the teachers for the full-time education and to develop educational proposals that fully meet the needs of full-education.

Key-words: Education; Full-Time Education; Viability.

LISTA DE SIGLAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CPM – Círculo de Pais e Mestres

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

FUNDEB - Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério de Educação e Cultura

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

STAS – Sociedade Trespasense de Assistência Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Atividades Desenvolvidas no turno integral da EMEF São José	31
Quadro 02 – Horário de oficinas no turno integral	31
Quadro 03 – Resultado dos questionários (Professores)	34
Quadro 04 – Resultado dos questionários (Direção/Coordenação Pedagógica e membros da SMEC)	35
Quadro 05– Resultado dos questionários (Pais dos Alunos)	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO BRASILEIRO	14
1.1 Os primórdios da Educação Integral no Brasil	14
1.2 A Educação Integral no contexto atual do Brasil	18
1.2.1 A viabilidade da Educação Integral	21
1.2.2 Educação integral no RS e no RJ	24
2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
2.1 O Sistema Integral de Educação na EMEF São José	28
2.2 Apresentação e análise dos dados primários	30
2.2.1 Professores	30
2.2.2 Direção/Coordenação Pedagógica e Membros da SMEC	35
2.2.3 Pais de Alunos.....	42
2.2.4 Discussão dos Resultados e Sugestões de Melhorias	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	52
APÊNDICES	53
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA (PROFESSORES)	53
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA (DIREÇÃO/COORDENAÇÃO E SMEC)	56
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS (PAIS)	59
ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação vem passando por algumas transformações que pretendem melhorar a qualidade do ensino e disponibilizar uma educação mais ampla e completa. Tendo em vista que a educação é utilizada para a formação de cidadãos completos, garantindo assim o bem-estar social e, também, proporcionando um processo de transformação, algumas experiências vêm sendo utilizadas como um meio de solucionar os problemas nesta área.

Como forma de responder às necessidades e problemas existentes nas escolas públicas, o Sistema Integral de Educação é uma alternativa utilizada em algumas instituições educacionais e que busca fornecer múltiplas possibilidades educativas. Este modelo de ensino diferencia-se do método tradicional de ensino, pois abrange um espaço de tempo superior ao modo tradicional, mais amplo que as quatro horas, atualmente, oferecidas pela maioria das instituições escolares.

No entanto, esse sistema não se limita apenas a definir um período de permanência dos alunos no ambiente escolar, mas busca possibilidades de melhorar a qualidade de ensino e proporcionar formação cidadã ao aluno de uma forma integral. A educação integral compreende outras habilidades, entre elas, uma formação que direciona o interesse de crianças e adolescentes para atividades relacionadas à arte, à cultura, aos esportes e ao meio ambiente.

Em nosso país, as primeiras experiências com Educação Integral possuem origem em dois momentos distintos: o “Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantado por Anísio Teixeira em Salvador (Bahia), em meados da década de 1950 e os Centros Integrados de Educação Pública, (CIEP), implantados por Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro entre as décadas de 1980 e 1990” (COELHO, 2009). Estas propostas consistiam em uma educação que contemplava a formação completa do ser humano, possibilitando a ampliação do conhecimento através de atividades adicionais ao currículo básico da educação e, ainda, possibilitava o desenvolvimento do processo de inclusão social das classes menos favorecidas a uma educação diversificada e de qualidade.

Devido às mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, atualmente, essa proposta de

ensino vem sendo ampliada na rede pública de educação, pois a escola necessita adaptar-se e promover possibilidades de ensino que promovam uma formação mais completa, íntegra e justa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), através da Lei nº 9394/96, prevê a ampliação progressiva da jornada escolar do ensino fundamental para regime de tempo integral. Além disso, orienta para que a educação abranja os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar e na convivência humana.

No município de Três Passos, o sistema integral de educação vigora desde o ano de 2010, tendo sido implantado, por enquanto, em uma única escola, na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) São José através do programa “Escola Integral”, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC). Este programa consiste em promover a ampliação de tempo, espaços e oportunidades educativas e visa o compartilhamento de tarefas de ensino e aprendizagens entre profissionais da educação, famílias e a comunidade escolar.

A EMEF São José está localizada no Bairro Frei Olímpio e apresenta várias dificuldades em relação ao processo de ensino-aprendizagem. Esta escola pertence a uma comunidade, historicamente, marginalizada, possuidora de graves problemas sociais. Em meio a estas razões, a administração municipal busca, através da educação, alternativas diferenciadas que possibilitem a transformação da comunidade escolar da EMEF São José. Além disso, há intenção do governo municipal em implantar este sistema em outras escolas.

Com base na importância desta temática e por não haver avaliação deste sistema no município, devido à implantação recente desta nova experiência de educação, este relatório de intervenção objetivou verificar como funciona o Sistema Integral de Educação da EMEF São José e quais os resultados da implantação deste novo sistema. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: (a) caracterizar o Sistema Integral de Educação da EMEF São José; (b) verificar a opinião dos principais envolvidos sobre o Sistema Integral de Educação da EMEF São José; (c) sugerir melhorias.

O trabalho de pesquisa foi dividido em duas partes. Na primeira parte, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o sistema integral de educação na EMEF São José, no município de Três Passos, para o desenvolvimento deste estudo utilizou-se a proposta da

Escola Integral.

Na segunda parte, aplicaram-se questionários aos principais envolvidos com o Sistema Integral de Educação da EMEF São José: os professores que trabalham durante o turno integral da escola, direção e coordenação pedagógica, membros da SMEC e pais de alunos que participam das atividades em horário integral. Para a coleta de dados junto aos pesquisados, utilizaram-se diferentes questionários, adaptados aos grupos.

O questionário aplicado aos professores (Apêndice A) objetivou verificar a opinião quanto aos benefícios e prejuízos da educação integral e identificar os desafios e dificuldades, assim como sugestões de melhorias. Os questionários foram encaminhados por meio eletrônico, devido ao término das atividades do ano letivo de 2011, aos quatorze (14) professores da escola, que atuam no turno integral. Do total, dez (10) responderam. Apesar das tentativas de contato, quatro professores não responderam.

O questionário aplicado à direção e coordenação da escola, e aos membros da SMEC (secretário de educação, assessora em projetos e programas e coordenadora geral pedagógica) (Apêndice B), consistiu em verificar o processo de implantação do sistema integral na EMEF São José, informações sobre a qualificação dos profissionais, benefícios para alunos e ao processo de ensino-aprendizagem, mudanças e transformações resultantes e as possibilidades de ampliação do sistema integral para outras escolas do município.

A escolha dos membros da SMEC para a aplicação do instrumento de pesquisa está ligada ao processo de implantação do turno integral na escola, pois estes participaram, diretamente, do processo de desenvolvimento da proposta pedagógica, assim como sua implantação na EMEF São José.

O questionário (Apêndice C) também foi aplicado nos pais de alunos do turno integral, o número previsto para a aplicação deste instrumento foi de sessenta (60) pais que possuem seus filhos na escola e que participam das atividades oferecidas durante o contra-turno. . A data escolhida foi o dia da entrega de boletins aos pais. Devido a alguns pais não comparecerem à escola e também pelo fato de haver pais que possuem mais de um filho no turno integral, trinta e quatro (34) responderam.

Buscou-se, por meio de questionário identificar os benefícios e prejuízos que a educação integral proporciona para alunos e comunidade escolar. A opinião dos respondentes relaciona-se aos resultados obtidos quanto à estrutura da escola, a realização adequada das atividades, capacitação dos monitores que ministram as oficinas e ao processo de implantação deste sistema.

O trabalho desenvolveu-se em dois capítulos. No primeiro, intitulado “Educação Integral no Contexto Brasileiro”, procura-se situar esta proposta dentro do contexto histórico, dando-se ênfase às mudanças ocorridas no sistema público que influenciaram o desenvolvimento de novas perspectivas educacionais. No segundo capítulo, “Apresentação e Análise dos Resultados”, procurou-se caracterizar o Sistema Integral de Educação da EMEF São José e também verificar a opinião dos principais envolvidos.

1 EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Para melhor compreender a educação integral no contexto brasileiro, é necessária uma análise histórica do Sistema Integral de Educação, identificando-se alguns acontecimentos que promoveram as primeiras experiências e a situação da educação contemporânea, enfatizando-se a inovação do sistema educacional brasileiro em tempo integral.

1.1 Os primórdios da Educação Integral no Brasil

Numa concepção contemporânea de educação, o sistema integral evidencia um processo de reconstrução da identidade social e política da escola. Percebe-se a educação integral como fonte de inovação do ensino público brasileiro, que busca fornecer uma proposta mais ampla e concebível para o ensino. A educação integral visa atender questões de âmbito social e político relacionados ao ensino público no Brasil.

O processo de transformação sociopolítico, que levou a renovação ao sistema de ensino público, possui suas matrizes ideológicas nos grupos sociais que, por sua vez, objetivaram alcançar seus interesses. De acordo com essa concepção, a educação foi palco de questões ideológicas.

Hoje, apesar de estar em processo de implantação, a educação integral busca fornecer às classes menos favorecidas uma educação mais densa, que possibilite um currículo pedagógico mais variável, alternando-a com o modelo atual ainda vigente na maioria das instituições.

Tendo em vista que a educação em tempo integral pode ser considerada um tema recente e em processo de implantação na rede pública de educação, sua origem pode ser encontrada durante a primeira metade do século XX.

Naquele período, o Brasil passou por algumas transformações nos campos político,

social e econômico. Essas transformações foram frutos de alguns movimentos que fizeram parte da história do Brasil e provocaram profundas mudanças na estrutura do país, a, desestruturação do poder político tradicional durante o período conhecido como “República Velha”, marcado pelos governos oligárquicos são exemplos disso. Com o final daquele período e a vitória do movimento de 1930, inicia-se uma nova fase, marcada pela liderança política de Getúlio Vargas, conhecida como a “Era Vargas”. Nesse período, ganharam destaque na vida pública do país dois grupos políticos, possuidores de ideologias diferentes: o Movimento Integralista e a Aliança Nacional Libertadora (COTRIM, 2005).

Nesse contexto histórico, identificam-se as primeiras evidências em relação ao sistema integral de educação. Conforme acima citado, os dois grupos políticos que se originaram durante a Era Vargas eram possuidores de ideologias contraditórias entre si. Em relação ao movimento integralista, salienta que:

Em 1932, o escritor Plínio Salgado e outros intelectuais e políticos lançaram o Manifesto à Nação, expondo os princípios do integralismo – inspirado nas idéias fascistas, de Benito Mussolini e nas idéias nazistas de Adolf Hitler. [...]. O integralismo combatia o comunismo, pregava o nacionalismo extremado, a existência de um Estado poderoso, a disciplina e a hierarquia dentro de uma sociedade e a entrega do poder a um único chefe integralista (COTRIM, 2005, p. 487).

Ainda, conforme o mesmo autor, destacam-se algumas características da Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento contrário ao integralismo:

Uma das principais frentes políticas contrária ao integralismo era a Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujos membros eram chamados de aliancistas. Essa aliança reunia grupos de várias tendências, como socialistas, anarquistas e comunistas. [...]. O programa político da ANL incluía a nacionalização das empresas estrangeiras, o não pagamento da dívida externa brasileira, a realização de uma reforma agrária – dando terras aos trabalhadores do campo e combatendo o latifúndio – e a garantia das liberdades individuais (COTRIM, 2005, p. 487)

De acordo com estes movimentos, verificam-se as contradições ideológicas existentes entre ambos, que buscavam implantar instituições escolares baseado em suas próprias concepções políticas.

Trata-se de movimentos que defendiam a educação de acordo com suas concepções ideológicas:

[...] o Movimento Integralista defendia a Educação Integral, tanto a partir dos escritos de Plínio Salgado, seu chefe nacional, quanto daqueles desenvolvidos por militantes representativos do Integralismo. Para esses, as bases dessa Educação Integral eram a espiritualidade, o nacionalismo cívico, a disciplina, fundamentos que, no contexto de suas ações, podem ser caracterizados como político-conservadores. Já para os anarquistas, na mesma década, a ênfase recaía sobre a igualdade, a autonomia e a liberdade humana, em uma clara opção política emancipadora (MOLL, 2009, p. 17).

As tendências ideológicas entre os integralistas e membros da (ANL) defendiam a educação integral, com propostas político-sociais e, metodologicamente, diversificadas, de acordo com suas convicções. Partindo dessa concepção, salienta que:

No Brasil da primeira metade do século 20, por exemplo, coexistiam movimentos, tendências e correntes políticas dos mais variados matizes, discutindo educação; mais precisamente defendendo a educação integral, mas com propostas político-sociais e teórico-metodológicas diversas. Desse grupo mesclado faziam parte, por exemplo, os católicos que, por meio de suas instituições escolares, efetivavam uma concepção de educação integral calçada em atividades intelectuais, físicas, artísticas e ético-religiosas, aliadas a uma disciplina rigorosa, aos integralistas, aos anarquistas e aos liberais, como Anísio Teixeira, que defendia e implantou instituições públicas escolares, entre as décadas de 30 e 50, em que essa concepção de educação foi praticada (COELHO, 2009, p. 88).

Conforme os autores supracitados, observa-se que, durante a primeira metade do século XX, várias foram as ideias referentes à educação integral no Brasil, destacando que esses caminhos foram trilhados de acordo com as concepções políticas vigentes de cada movimento político daquele período.

Outra concepção referente à educação integral pode ser verificada através de Anísio Teixeira, que foi um dos mentores intelectuais do Manifesto dos Pioneiros¹ da Escola Nova².

¹ “Seguindo influências da Escola Nova, o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932 propunha o uso de recursos com que contavam os inventos científicos de sua época enquanto meios para o desenvolvimento de uma educação integral. Partindo dessas convicções, Anísio Teixeira implantou em Salvador as Escolas Parque, na década de 1950. Ele foi o grande inspirador de instituições de ensino almejando a educação integral como os colégios vocacionais e de aplicação em São Paulo e os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs no Rio de Janeiro” (BLASIS, 2011, p. 20).

² “No Brasil, os ecos da Escola Nova influenciaram diversos grupos societários ao longo das décadas de 1920

Este educador refletia sobre instituições escolares públicas e as programava, tendo como um de seus propósitos o de construir uma formação completa. Através da reflexão feita por ele, indaga-se sobre a visão mais próxima de uma educação integral (BLASIS, 2011). Nesse propósito, o educador propunha uma educação em que a escola oferecesse às crianças:

[...] seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física (...) saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-lo no grau de desnutrição e abandono em que vive (COELHO, 2009, p. 89).

Tendo em mente que deveria haver uma educação mais completa e voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico, foi implantado na década de 1950, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador (Bahia). Essa proposta foi inovadora, mas só poderia alcançar seus objetivos através de um sistema de ensino amplificado, que consistia em um período integral (BLASIS, 2011).

Outro modelo de implantação de educação integral foi a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), proposto por Darcy Ribeiro³ na década de 1980 e 1990, que possuía como referência a experiência idealizada por Anísio Teixeira (BOMENY, 2008).

e 1930, que acreditavam fortemente no poder da educação para moldar, unificar e civilizar a sociedade brasileira tendo em vista o progresso e o desenvolvimento econômico. Apesar das diferenças ideológicas que marcavam os vários grupos, havia em comum a defesa por uma educação que abarcasse a completude do homem e o preparasse para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária; progressista, ordenada e baseada na racionalidade científica; voltada para uma formação que conjugasse os aspectos físicos, intelectuais, morais e espirituais” (BLASIS, 2011, p. 19).

³ “Falar do programa de educação dos dois governos de Leonel de Moura Brizola no estado do Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994) é retomar um tema, que na década de 1920, foi bandeira de luta dos reformadores da educação no Brasil conhecidos como os Pioneiros da Educação Nova, cujo líder foi Anísio Teixeira (1900-1971). Quem idealizou e pôs em funcionamento o projeto especial de educação dos governos Brizola foi, no primeiro mandato, o então vice-governador Darcy Ribeiro (1922-1997), antropólogo publicamente comprometido com os ideais de universalização do ensino público desde o encontro com Anísio Teixeira em 1952. No segundo mandato, Darcy cumpriria o mesmo percurso como secretário estadual de Programas Especiais. Dando visibilidade e corpo ao projeto Brizola e Darcy, constituíram-se centenas de Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que se tornaram nacionalmente conhecidos e foram adotados em 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Mello, com o nome de Centros Integrados de Apoio às Crianças (CIACs). Seja qual for a avaliação que se faça da aproximação entre Brizola e Collor, não há como negar que os CIEPs se tornaram referência e inspiraram a criação de escolas em tempo integral em todo o país” (BOMENY, 2008, p. 1).

As experiências anteriores nesse regime, em que o objetivo era a permanência por maior tempo do estudante no ambiente escolar e uma educação mais elástica, acabaram por serem abandonadas. Em muitas escolas, a falta de professores, ou de professores capacitados em número suficiente, aliada ao alto custo para equipar e alimentar os alunos pelo dobro do espaço de tempo, fez com que a maioria das escolas de tempo integral voltasse ao regime regular.

Várias visões pedagógicas e políticas educacionais se sucederam e a ideia de educação integral foi sendo deixada de lado, retirando a proposta das escolas que a utilizavam. Atualmente, volta-se a adotá-la, embora reformulada e adaptada a uma concepção mais universal de educação.

1.2 A educação integral no contexto atual do Brasil

Como se tratou no item anterior, vários foram os caminhos percorridos pela educação integral. Entre eles, ressaltam-se as iniciativas de Anísio Teixeira e os CIEP, através de Darcy Ribeiro.

As primeiras experiências tiveram uma proposta inovadora, culminando em atividades extraclasse, nas quais os alunos passaram a desenvolver suas habilidades através de oficinas. Essas experiências, conforme Moll (2009, p.13), “projetavam-se como políticas públicas e propunham a ampliação do tempo escolar”.

Anísio Teixeira, ao desenvolver seu projeto com o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, pensava o sistema escolar em dois turnos. No primeiro momento, os alunos frequentariam atividades regulares de ensino e, após, encaminhados para outro ambiente, onde seria desenvolvida uma educação mais social e com atividades diferenciadas, como oficinas de música, artes e educação física.

A segunda experiência (CIEP) apresentava a mesma proposta, porém, além da ampliação do tempo escolar, as atividades poderiam ser executadas em um mesmo ambiente

de aprendizado. Considerando a iniciativa de Darcy Ribeiro através dos CIEPs como uma referência de escola pública de qualidade, sendo assim:

As idéias de Darcy Ribeiro representavam a referência pedagógica e antropológica dessa experiência, propugnando uma escola pública de melhor qualidade para as camadas populares. Essas experiências – e certamente outras ainda sem registro na história da educação – contribuíram para um imaginário em que se vislumbra uma escola viva, pulsante, em contato com seu entorno e em diálogo com os seus estudantes (MOLL, 2009, p. 13).

Com as experiências de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, percebe-se a questão de ampliação de tempos com a finalidade de superar o período limitado que as poucas horas diárias poderiam oferecer e em, contra partida, no que isso implicaria em benefício para crianças e adolescentes. No entanto, essa questão também se justifica pelas desigualdades sociais, violência urbana, características que marcam a sociedade.

Essas propostas servem de referência para novas possibilidades para a educação pública. Cabe aqui mencionar o curto período de tempo, durante o qual estas experiências foram realizadas. Referente a isso, Moll (2009, p.13) destaca que: “submetidas à descontinuidade das políticas sociais e educacionais, essas duas experiências tiveram vida curta”.

Tendo a inspiração voltada a essas experiências, o sistema público de educação vem passando por transformações, com o objetivo de promover o desenvolvimento humano. Com isso, as redes públicas de educação buscam incluir no currículo pedagógico, questões relacionadas às necessidades sociais, de saúde, meio ambiente, esportes, artes etc.

Atualmente, outras formas vêm sendo utilizadas como meios de desenvolver projetos de educação integral. Essas propostas buscam uma nova identidade para as escolas, permitindo, assim, criar condições que integrem os elementos da comunidade escolar. Segundo essa ideia, acredita-se que:

No Brasil, a gestação de uma nova identidade para a escola fundamental impõe que se criem condições para o estabelecimento de um convívio intenso, autêntico e criativo entre outros elementos da comunidade escolar. Ou seja, é preciso que a

escola seja um ambiente onde crianças e adultos vivenciem experiências democráticas. Só a partir delas será possível construir essa nova identidade (CAVALIERE, 2002, p. 267).

As experiências educacionais que, atualmente, vêm sendo realizadas constituem propostas diversificadas de ensino, são executadas através de metodologias diferentes e com a participação de parcerias entre a comunidade e a escola. Coelho (2009) declara sobre a presença de tais experiências voltadas a essa concepção:

A partir da década de 90, e ao longo deste início de século 21, presenciamos experiências diferenciadas, como, exemplo, as que propõem atividades fora do espaço escolar, que constituem parcerias variadas no sentido da oferta de atividades complementares aos alunos, que trabalham com metodologias diferentes e com a presença de outros agentes educativos, entre outras possibilidades (COELHO, 2009, p. 92).

Com a atual proposta voltada para novas atividades e envolvendo agentes educativos diversificados, percebe-se que o processo de reestruturação na rede de ensino percorre um caminho que, cada vez mais, busca integrar diferentes agentes no processo de ensino e ampliar a oferta de atividades aos alunos.

Ainda, conforme Coelho (2009) destaca-se algumas experiências de ensino em tempo integral:

Em Juiz de Fora/MG, a proposta denominada Educação em Tempo Integral (ETI) está em via de ser normatizada por meio de lei municipal, e conta com a adesão de quatro escolas municipais, inclusive uma situada em zona rural. A experiência acontece nas instituições formais de ensino, nas quais a comunidade escolar expressa interesse em participar, com aulas das 7 às 17 horas, do ensino regular e atividades complementares mescladas, no horário escolar, refeições, oficinas pedagógicas e escolas adaptadas e equipadas para formação integral (COELHO, 2009, p. 92).

Outro modelo que pode ser usado como referência é o implantado no município de Apucarana (Paraná), que consiste no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à reestruturação do ensino com adesão e participação da comunidade. Sobre esta proposta de ensino, Coelho (2009) ainda comenta que:

Em Apucarana/PR, o projeto de educação integral constitui-se, enquanto política pública por meio de compromisso firmado pela sociedade organizada, com quatro pactos: 1) pela educação; 2) pela responsabilidade social; 3) pela vida; e 4) por uma sociedade saudável. Esses pactos originaram programas e ações integradas a serem desenvolvidos pelas esferas pública e privada, e implementados nas áreas da saúde, assistência social, cultura, esportes, geração de emprego e renda e, obviamente, educação, [...] (COELHO, 2009, p. 93).

A partir de experiências que atualmente vigoram no Brasil e daquelas que possuíam cunhos ideológicos, pode-se fazer uma analogia entre as origens e formulações do regime integral de educação com as experiências atuais desse sistema. Nesse conjunto de experiências, chega-se à conclusão de que há necessidade de remodelar o sistema educacional.

A escola integral é vista como um meio de proporcionar tempo ampliado de atividades que compreendam a formação e informação, e que possibilitem a construção de uma educação mais cidadã. Permite um trabalho pedagógico que engloba atividades educativas diversas e contribui para uma formação mais acessível, completa e integrada.

Este conceito de educação objetiva a ampliação do tempo escolar e visa oferecer atividades voltadas para uma formação mais ampla e concreta. Possibilita um conhecimento diversificado, além do que o modelo tradicional oferece, e permite ao aluno desenvolver múltiplas possibilidades de aprendizado. Essa proposta ainda proporciona a inclusão de alunos oriundos de classes menos favorecidas a uma educação de qualidade.

1.2.1 A viabilidade da educação integral

Como forma de reconhecer a educação integral, verifica-se a necessidade de conhecer os benefícios que este sistema pode trazer e, também, a forma como é idealizada. Trata-se de compreender a escola, não apenas como um agente de transformação social, mas como um meio de inclusão social rico em possibilidades de aprendizagem, voltada para alunos, pais, professores e demais agentes educativos.

A proposta de uma educação integral baseia-se na forma de converter a realidade em que se encontra a educação hoje, proporcionando às crianças de baixa renda uma educação de qualidade. Além de questões sociais, a educação integral envolve outros elementos, como espaço, tempo, formação, informação e a integração entre as diferentes formas de conhecimento, incluindo o compartilhamento entre a comunidade e a escola.

No que se refere às novas oportunidades de aprendizagem, a escola integral possui como característica um modelo de educação de forma inclusiva, na qual o processo educacional ultrapassa os muros da escola e encontra na comunidade novas expectativas de aprendizagem. De acordo com esse caráter de escola inclusiva:

A universalização do acesso ao Ensino Fundamental é um fato praticamente consumado. O processo de democratização da gestão da escola pública tem se expandindo e a luta pela escola inclusiva, de qualidade para todos, tem conquistado importância, por meio de ações governamentais claramente posicionadas a favor da eliminação do preconceito e da discriminação na escola e na sociedade, com a implementação de políticas incisivas (PACHECO, 2008, p.3).

No Brasil os índices de analfabetismo, reprovação, fracasso escolar e evasão, apesar de terem diminuído nos últimos tempos, ainda apresentam uma ameaça para os jovens. Com isso, acrescenta-se que:

[...], o Brasil enfrenta problemas graves no que tange à educação, tanto no sentido amplo do termo quanto no âmbito restrito da educação escolar. O INAF⁴, de 2007, embora aponte para uma melhoria no quadro geral da alfabetização do país, expõe o índice de 32% de brasileiros, entre 15 e 64 anos de idade, concentrados na condição de analfabetos funcionais, sendo que 7% são analfabetos absolutos. A melhoria nos quadros de reprovação e a redução do fracasso escolar constituem-se, ainda, enormes desafios. Aliada a tudo isso, a violência física e moral é uma trágica realidade para muitas crianças e jovens brasileiros e uma ameaça constante, especialmente, para os mais pobres, que têm a rua como local principal de sobrevivência e socialização (PACHECO, 2008, p. 3).

A relação entre a escola e a comunidade, a diversidade de conhecimentos e a ampliação de espaços e tempos constituem um acréscimo significativo para o desenvolvimento e transformação da educação. As diversas formas de ensino que esta

⁴ Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional – fornece dados sobre as condições de uso da leitura e da escrita na vida cotidiana da população brasileira na faixa entre 15 e 64 anos de idade.

proposta apresenta exigem a preparação de um currículo pedagógico destinado a atender as necessidades sociais e a formação de alunos no contexto atual.

Como forma de atender as necessidades sociais, o sistema integral de educação possibilita a permanência de crianças e adolescentes por mais tempo dentro da escola. Com base na lei que rege a educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/1996), afirma que:

Art. 34 A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. 2º Parágrafo: O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. Art. 87. Parágrafo 5º. Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

De acordo com a legislação, percebe-se o comprometimento exercido pelo Estado em promover uma educação que busque atingir mudanças sociais e que favoreçam o desenvolvimento humano. Com o objetivo de alcançar mudanças significativas através da educação, o Estado procura estabelecer meios para a elaboração de propostas diferenciadas de ensino para crianças e adolescentes. Sobre isto, o autor abaixo, comenta:

A posição assumida pela LDB vigente em relação à oferta de educação integral é fruto de todo um reordenamento institucional concomitante ao processo de redemocratização do país, marcado pela Constituição Federal de 1988. A partir dela se fortalece a percepção de que a educação, como direito social fundamental, é imprescindível para a conquista de mudanças sociais e políticas rumo à construção de um país mais democrático e justo (BLASIS, 2011, p. 21).

Outra forma de abordar a questão está no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em referência à proteção a crianças e adolescentes, em seu artigo 227, afirma:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Além de assegurar por meio de base legal, o Estado ainda proporciona, através de políticas públicas educacionais, meios de promover e incentivar o desenvolvimento de projetos que viabilizem a reestruturação do sistema público de ensino. De acordo com programas institucionais que viabilizam a educação em tempo integral:

O FUNDEB⁵ retomou o ideal de educação integral ao estabelecer o financiamento para matrículas em tempo integral, contabilizadas pelo Censo Escolar nos registros da jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias. Nesse contexto, o Governo Federal instituiu o Programa Mais Educação, por meio da Portaria Interministerial nº 17/2007, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Esse programa representa a estratégia do governo federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral. Trata-se de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, com o desafio de colocar em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação, da Cultura, do Esporte, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Ciência e da Tecnologia, juntamente com a Secretária Nacional de Juventude [...]. (MOLL, 2009, p. 14).

O Programa Mais Educação consiste em promover situações de ensino através da integração entre a escola e a comunidade, criando novas oportunidades de aprendizagem. Além disso, consiste na ampliação do tempo escolar para, no mínimo, sete horas diárias. Através desse programa, as escolas recebem recursos do Ministério de Educação e Cultura (MEC) para a implantação de regime em tempo integral, assim como apoio técnico.

O sistema integral, apesar de ser um tema recente no Brasil, apresenta propostas de transformações dentro da educação. Essas mudanças estão ligadas aos direitos humanos, à democracia e à cidadania. As transformações que constituem a ação de escolas integrais fazem parte, atualmente, de debates entre o poder público, a comunidade, entidades e associações, com o propósito de promover o compromisso entre as várias esferas da sociedade com a educação. Como forma de promover este compromisso com a educação através da sociedade, complementa:

[...] a educação integral é fruto de debates entre o poder público, a comunidade escolar e a sociedade civil, de forma a assegurar o compromisso coletivo com a construção de um projeto de educação que estimule o respeito aos direitos humanos

⁵ FUNDEB: Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. (FUNDEB, Lei nº 11.494/2007).

e o exercício da democracia. Esses debates representam a valorização da pluralidade de saberes e a criação de momentos privilegiados em que se possa compreender a importância das distintas formas de conhecimento e suas expressões no mundo contemporâneo. Desse modo, retomam-se questões candentes como a da necessidade de re-significação da relação com a natureza, na perspectiva da sustentabilidade ambiental, na pauta da construção de um projeto de sociedade democrática em relação ao acesso, usufruto, produção e difusão de saberes, espaços, bens culturais e recursos em geral, numa interação em rede com diferentes espaços sociais da cidade (MOLL, 2009, p. 27).

Sobre os resultados que a Escola Integral pode oferecer, Cavalcante (2009, p. 38) argumenta que “Sob a perspectiva da escola integral, mais educação significa mais tempo educativo dentro e fora da escola, mais convívio com a comunidade, mais situações de aprendizagem, mais estímulo para ir às aulas, mais oportunidades”.

O autor comenta, sobre a participação da comunidade e de agentes educativos para a contribuição deste processo:

Basicamente, a educação integral traz para a escola e para a sociedade a discussão sobre o papel de todos na formação de crianças e jovens. Ampliar o tempo educativo dos estudantes não significa mantê-los o dia todo na escola, pois isso seria inviável pela falta de estrutura. Ao contrário, se pensarmos na educação como um processo que se dá em todos os espaços e com diferentes atores, os muros da escola caem, e o mundo passa a ser a sua extensão (CAVALCANTE, 2009, p.38).

A ação desenvolvida pelo Governo Federal, objetivando transformar a escola em um verdadeiro agente de transformação social, consiste, além da ampliação da jornada escolar (em fase de implantação), promover o processo de inclusão. Também visa permitir que a comunidade participe do processo de reestruturação do sistema educacional e que este proporcione o desenvolvimento humano às classes sociais menos favorecidas.

1.2.2 A Educação Integral no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro

No Rio Grande do Sul, o sistema integral de educação, embora em fase de implantação através do Programa Mais Educação, já possuía, anteriormente, algumas características desta

modalidade de ensino.

Leonel Brizola, quando foi prefeito de Porto Alegre e governador do RS, já demonstrava preocupação com a educação pública. Entre os anos de 1959-1962, “ampliou a rede pública de ensino no estado do Rio Grande do Sul, atingindo regiões interioranas”⁶. Levando em consideração a experiência que obteve com a educação, levou a cabo o projeto educacional para o Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo de governador, (1983 -1987 e 1991-1994). Durante seus mandatos no Rio de Janeiro, Leonel Brizola efetivou a implantação dos CIEPs. No Rio Grande do Sul, a implantação do sistema integral de educação foi efetivada durante o mandato do governador Alceu Colares (1991-1994), através da implantação de 90 CIEPa. (Entrevista de Darcy Ribeiro ao Jornal LEIA, março de 1986, p.39).

A proposta educacional dos CIEPs realizada no Rio de Janeiro partiu dos fundamentos educacionais de Darcy Ribeiro, essa proposta também foi adotada no Rio Grande do Sul por apresentar características distintas do sistema tradicional de educação.

De acordo com Mignot (1989), como forma de investir na educação durante o governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro como vice-governador visava não apenas a ampliação do número de escolas públicas, mas que estas escolas oferecessem um modelo de educação diferente. Nessa perspectiva de educação diferenciada:

Mais do que priorizar a educação estava desde o início posto um desafio: o de construir algo inusitado no setor educacional que provocasse grande impacto e deixasse a marca do governo no setor. Durante a elaboração do plano de governo estava evidente que não se tratava de [...] fazer dez mil escolas, de fazer mais escolas ruins. O negócio é fazer uma escola nova, uma escola honesta⁷ (MIGNOT, 1989, p. 48).

⁶ **CIEPs – o esforço começou no RS. Experiência no RS, Portal PDT. Disponível em: <http://www.pdt.org.br>.** As realizações de Brizola no campo da Educação, cujo aspecto mais visíveis são os CIEPs, as escolas integrais do Rio de Janeiro, vêm de suas experiências como secretário de obras do Estado, prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul (1959-63). Lá, ele implantou um programa até hoje considerado modelo para muitos outros Estados brasileiros e países do Terceiro Mundo. Na verdade, Brizola projetou, em escala estadual, o que fizera em Porto Alegre, multiplicando as salas de aula e aumentando enormemente os índices de escolaridade. Entendia que "sem educação não há desenvolvimento". E dotou o Rio Grande do Sul de uma rede de ensino primário e médio que atingiu os mais longínquos e desassistidos municípios. Em apenas 4 anos de mandato, ou seja, entre 1959 e 1962, o Governo de Brizola construiu 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios, colégios e escolas normais, totalizando 6.302 novos estabelecimentos de ensino, abriu 688.209 novas matrículas e admitiu 42.153 novos professores.

⁷ Entrevista de Darcy Ribeiro ao Jornal LEIA, março de 1986, p.39.

Os CIEPs apresentaram uma modalidade diversificada e também assistencialista, no processo de ensino-aprendizagem. Esse modelo de ensino provocou desafios sobre o papel que as escolas deveriam desempenhar diante da comunidade. Em relação a este aspecto:

A participação da sociedade na discussão dos CIEPs é um fato que consideramos de enorme importância porque contribuiu para fazer avançar o processo de democratização da própria escola pública. Transformados de benesses em conquistas, os CIEPs representam, queiram ou não, um mito, um novo patamar de qualidade que a população por ele vai lutar, mesmo que isto não signifique escola de tempo integral. Isto porque, apesar de simbolizarem uma política populista, os CIEPs permitiram à população vislumbrar que é possível o sonho de ver atendidas suas exigências mínimas de educação, saúde e alimentação. Um sonho que pretendemos ver concretizado num programa social unificado que, tendo como horizonte profundas mudanças, não esgote sua ação em políticas meramente assistencialistas (MIGNOT, 1989, p. 62).

Durante o processo de implantação, os CIEPs sofreram críticas constantes. Por fazer parte do plano de metas do governo de Leonel de Moura Brizola, no Estado do Rio de Janeiro, este sistema educacional foi criticado, por ter sido usado como fonte de propaganda político-partidária e pelos excessivos gastos utilizados para este fim. Os altos custos para a manutenção e a falta de investimentos para a continuidade do modelo integral de educação foram, ao longo do tempo, motivos que levaram a transformações na identidade dos CIEPs. Entre essas transformações, pode-se destacar a diminuição do tempo escolar e falta de continuidade por parte de gestões políticas diferentes. Sobre este assunto:

[...] a redução da jornada das escolas ou centros de atendimento integral (de jornada única, com um só turno, para dois turnos), como a ocorrida com os CIEPs, no Rio de Janeiro, é justificada pelos altos custos desse atendimento e pela falta de possibilidade de universalização do atendimento integral a todas as crianças da escola pública. Essas avaliações são evidentemente realizadas por facções políticas diferentes das que idealizaram e implantaram a proposta (FERREIRA; ARCO-VERDE, 2001, p. 11).

No Rio de Janeiro, das quase 500 (quinhentas) escolas construídas durante o governo de Leonel Brizola, apenas 307 (trezentas e sete) estão sob a gestão da rede estadual de educação e, somente, 150 (cento e cinquenta) permanecem com tempo integral. No Rio

Grande do Sul, dos noventa CIEPs implantados, apenas 16 (dezesesseis) continuam com horário ampliado (FERREIRA; ARCO–VERDE, 2001).

Entre os principais aspectos que levaram os CIEPs ao fracasso no RS e RJ, estão a falta de continuidade política, a substituição do período integral pela necessidade de ampliação de vagas e a municipalização de várias unidades. O grande número de CIEPs construídos em pouco tempo, se somaram a questões que prejudicaram o desenvolvimento do projeto. A falta de propostas pedagógicas para atender as formas de trabalho necessárias a este sistema de ensino e a falta de profissionais capacitados também apontam para o declínio dos CIEPs. Atualmente, os CIEPs que ainda atuam em horário integral, não apresentam mais as propostas estabelecidas por Darcy Ribeiro (FERREIRA; ARCO–VERDE, 2001).

No contexto atual, o sistema integral de educação vem sendo restaurado no RS, através do apoio do Governo Federal, por meio do Programa Mais Educação, que proporciona às redes públicas estadual e municipal a viabilidade de implantação deste sistema.

Direcionado aos alunos da rede pública de ensino básico, o Programa Mais Educação (criado por meio da Portaria Normativa Interministerial no. 17/2007) visa melhorar as ações e investimentos já existentes nas escolas, objetivando uma formação escolar com uma visão integradora de ensino.

Outro motivo que encaminha o Programa, além dos já citados, para determinados locais e escolas é o baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que utilizou os resultados da Prova Brasil de 2005, aplicada a alunos de todo o país.

O projeto está em franco desenvolvimento em algumas comunidades que convivem em situação de pobreza, violência e vulnerabilidade social, pois, através das ações do Programa Mais Educação, pretende-se reverter um quadro negativo, por meio da criação de alternativas de cidadania a essa população carente.

2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada na EMEF São José, no município de Três Passos, caracterizou o processo de implantação do sistema integral de educação e quais consequências proporcionam para a comunidade e a formação dos alunos desta escola. Após, faz-se a apresentação dos dados coletados nos diferentes grupos e a análise dos resultados.

2.1 O sistema integral de educação na EMEF São José

No município de Três Passos, segundo os profissionais que propuseram a Escola Integral, o sistema vigora desde o ano de 2010 e está inserido na EMEF São José. Nessa escola, o sistema integral foi implantado por meio da ação conjunta entre a SMEC a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Secretaria do Planejamento, Conselho Tutelar, Círculo de Pais e Mestres (CPM) da EMEF São José, professores e voluntários. A proposta inserida na escola apresenta atividades organizadas em macro campos, conforme sugere o Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC (PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).

As atividades realizadas na escola ocorrem em turnos invertidos. No turno da manhã, são atendidos alunos dos anos iniciais, que têm aulas regulares à tarde, e no turno da tarde, os alunos dos anos finais, que têm aulas regulares pela manhã. O programa desenvolve metodologias diferenciadas para o público-alvo e busca transformar dificuldades em oportunidades (PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).

A EMEF São José foi criada na década de 1960, pela Sociedade Trespassense de Assistência Social (STAS). Está localizada em uma região periférica do município de Três Passos e foi criada devido à preocupação com o grande número de crianças em idade escolar sem frequentar escola (PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).

A partir de sua fundação, a escola passou a ser mantida pela STAS e recebia recursos

da Administração Municipal, do Governo Estadual e do Governo Federal. Em 1975, a administração da escola foi assumida pela “Congregação Servas do Espírito Santo”. No ano de 2002, a Administração Municipal de Três Passos assumiu a escola, que passou a denominar-se de EMEF São José (PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).

A Administração Municipal assumiu a escola, no entanto não adquiriu o prédio, que continua sendo das Irmãs Servas do Espírito Santo. Dessa forma, com um prédio locado, poucas adequações e reformas podem ser realizadas. Mantêm-se com a mesma estrutura da época em que passou a fazer parte da educação pública municipal.

A escola está localizada na entrada do Bairro Frei Olímpio e possui uma estrutura física em torno de 1.365,00m², possuindo nove salas de aula (destinadas ao maternal e até o 9º. ano), sala para direção, sala para a coordenação, secretaria, refeitório, cozinha, biblioteca, laboratório de informática, marcenaria, fábrica de sabão, salão de beleza, seis banheiros (sendo um para deficientes físicos), ou seja, o básico para o funcionamento de uma instituição escolar.

A quadra de esporte é ao ar livre e em precárias condições para uso. Como a escola não possui ginásio de esporte, as atividades desenvolvidas, no turno inverso, realizam-se no Ginásio de Esportes Municipal, localizado bem próximo da escola.

Mesmo que a escola apresente uma estrutura física precária, isso não impede que a educação seja mais atrativa e integral. Atualmente, como forma de tentar reduzir os graves problemas sociais da comunidade, a administração municipal adotou alternativas para tentar melhorar a qualidade de vida dos moradores. Entre essas alternativas, a administração buscou possibilitar metodologias diferenciadas para a comunidade escolar da EMEF São José (PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).

A proposta estabelecida para melhorar os índices de evasão escolar, repetência e indisciplina foi a implantação, por parte da SMEC, do Programa Escola Integral. Entre seus principais objetivos, o programa estabelece: “promover a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre profissionais da educação, as famílias e diferentes atores sociais” (PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).

O programa atende alunos matriculados na EMEF São José e é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Secretaria do Planejamento, Conselho Tutelar, Círculo de Pais e Mestres (CPM) da EMEF São José, professores e voluntários (PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).

O sistema integral de educação inserido na escola tem como objetivos a ampliação do tempo e o espaço escolar, diminuindo dessa forma, a exposição de crianças e adolescentes à situação de risco, diminuir o índice de evasão e repetência escolar e elevar o “Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira” (IDEB). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep e em taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula (MEC). Também oportuniza aos alunos formas de aprendizagens de seus interesses, permite ainda o acesso a diferentes modalidades esportivas e ainda repudia qualquer espécie de violência, adotando como princípios atitudes de respeito, dignidade e solidariedade (PREFEITURA MUNICIPAL, 2009).

Nesse fazer pedagógico pertinente à Escola Integral, outro fator de extrema relevância e que contribuirá no crescimento intelectual do aluno, encaminhando-o a uma cidadania mais ampla, a leitura de diferentes linguagens, sejam elas verbais ou não verbais, oportunizará mais e aprendizagens do interesse do aluno. Nesse novo contexto, será oportunizado ao aluno produzir e expressar suas idéias, como também defendê-las, atendendo às diferentes intenções e situações de interação de comunicação.

O Programa Escola Integral inserido na EMEF São José vigora desde o ano de 2010, está em fase de regulamentação por meio de Lei Municipal e está previsto para ser normatizado a partir do ano de 2012.

Neste município, a EMEF São José foi à primeira escola a possuir o regime em tempo integral, no entanto já existe um planejamento em andamento para a ampliação deste modelo integral de educação para mais uma escola da rede municipal.

2.2 Apresentação e análise dos dados primários

A apresentação e análise dos dados foram realizadas separadamente, de acordo com os diferentes grupos: professores, direção e coordenação pedagógica, membros da SMEC e pais de alunos que participam das atividades em turno integral na escola.

2.2.1 Professores

Foram enviados questionários para os professores, num total de quatorze (14) e, desses, apenas quatro (4) não responderam. Acredita-se que não tiveram interesse ou por ter coincido com o início das férias letivas, pois não justificaram. Dez (10) professores, então, participaram efetivamente da pesquisa.

A entrevista com os professores buscou conhecer a opinião dos profissionais que trabalham, diretamente, com os alunos e que, portanto, têm condições de avaliar a implantação e efetivação das propostas até então aplicadas na escola. Além disso, esses professores poderiam informar sua visão sobre os benefícios e prejuízos que percebem no desempenho e atitudes dos estudantes, com os quais possuem convívio direto.

No Quadro 1 abaixo, estão listados os professores do turno integral da EMEF São José que responderam ao questionário e suas respectivas atividades:

Professores	Atividades/Oficinas
Professor nº 01	Ginástica
Professor nº 02	Informática
Professor nº 03	Rádio Escolar
Professor nº 04	Basquete de Rua
Professor nº 05	Futsal
Professor nº 06	Taekwondo
Professor nº 07	Robótica
Professor nº 08	Iniciação Esportiva
Professor nº 09	Meio Ambiente
Professor nº 10	Letramento
Professor nº 11	Artesanato em Madeira
Professor nº 12	Robótica
Professor nº 13	Reforço de Português

Professor nº 14	Atividade Circense
Voluntário 1	Espaço da Beleza (salão de beleza)
Voluntário 2	Desenho (artes)

Quadro 1 – Atividades Desenvolvidas no turno integral

Fonte: Documentação da EMEF São José

Quatro professores não responderam ao questionário, de ginástica, iniciação esportiva, reforço em Português e atividade circense (circo)

No quadro abaixo, apresenta-se o horário semanal das atividades desenvolvidas:

<i>Dias da semana</i>	<i>Manhã/Oficina</i>	<i>Tarde/Oficinas</i>
Segunda – Feira	Ginástica Informática Rádio Escolar	Basquete de Rua Futsal Taekwondo
Terça – Feira	Robótica Iniciação Esportiva	Rádio Escolar Handebol Futebol Meio Ambiente Espaço da Beleza - Voluntário Comunitário
Quarta – Feira	Letramento Basquete de Rua Rádio Escolar	Voleibol Artesanato em madeira Robótica
Quinta – Feira	Iniciação Esportiva Taekwondo	Informática Basquete de Rua Letramento Reforço de Português Desenho – Voluntário Comunitário
Sexta – Feira	Ginástica Meio Ambiente	Ginástica Futsal Meio Ambiente Atividade Circense

Quadro 2 - Horário de oficinas no turno integral

Fonte: Documentação da EMEF São José

Os resultados levantados com as questões aplicadas aos professores, em geral, enumeram aspectos positivos em relação à educação integral na escola.

Em relação à importância que a educação integral proporciona, os respondentes têm a opinião de que a educação integral incentiva o desenvolvimento social com atividades motoras, intelectuais e físicas, mantêm os alunos mais tempo na escola, oferecendo alimentação e mais conhecimento, com as atividades desenvolvidas no contra-turno. As atividades visam tornar os alunos mais conscientes de sua posição e participação na

sociedade, ampliando os conhecimentos dos direitos e deveres de todo cidadão.

A educação integral foi considerada importante pela totalidade dos respondentes. Considerando a transformação que a escola integral pode oferecer, um dos respondentes afirma que este modelo educacional deveria ser disponibilizado em toda a rede pública municipal.

Entre os benefícios proporcionados por este modelo de educação, os respondentes afirmam que ocorreram mudanças de hábitos dos alunos, em função da maior permanência na escola, proporcionada pelas atividades diferenciadas. As atividades promovem maior interesse, dedicação aos trabalhos realizados e novos conhecimentos, vivência de novas experiências, assume compromissos e tornam-se mais responsável. Esse trabalho desenvolve nos alunos mudança de atitudes em relação à escola e, conseqüentemente, à comunidade que faz parte.

Outro aspecto mencionado pelos professores está relacionado ao planejamento pedagógico, que deve ser desenvolvido, especificamente, para esta modalidade de ensino. Ainda neste grupo nota-se que a escola integral não deve ser vista, apenas, por atender crianças de baixa renda, mas e sim por fornecer uma educação diferenciada, promovendo a formação completa do aluno.

Sobre os prejuízos que o turno integral pode trazer para alunos e comunidade, apenas três afirmaram ocorrerem problemas. O tempo de permanência maior do aluno no ambiente escolar pode acarretar algumas transformações em relação ao turno integral: afastamento dos laços familiares e o envolvimento maior com as atividades na escola podem prejudicar as relações em casa.

Quanto à influência das atividades no processo de ensino-aprendizagem, apenas um (01) respondente não opinou. Os demais afirmaram que as atividades realizadas reforçam o processo de aprendizagem e que o turno integral, através das atividades diversificadas, mantêm o aluno mais tempo na escola e desenvolve o processo de ensino.

Os respondentes também afirmaram perceber mudança de hábitos e atitudes nos alunos. Com as atividades, os alunos passaram a se dedicar mais aos estudos, tornaram-se

menos hostis e aprenderam a respeitar os colegas e professores.

Sobre os desafios e dificuldades para a implantação do turno integral na escola, os respondentes lembraram a falta de investimentos e de interesse político. Foi citada, também, a pouca participação da comunidade nos assuntos escolares. Um dos respondentes menciona a necessidade de conscientização dos pais e familiares sobre a importância da educação integral para seus filhos e, ainda, que este sistema deveria ser obrigatório para os alunos da escola.

Para a questão voltada às melhorias necessárias, destacaram o espaço físico da escola, melhores condições para a realização das atividades e melhor estrutura. Outro aspecto citado refere-se à capacitação dos professores, que deveriam estar aptos a trabalhar na escola com turno integral e integrar o ensino formal com as atividades realizadas no contra-turno, e não separadamente, como uma extensão das aulas formais. Ainda, expressaram que há falta de profissionais especializados para atender aos alunos, como psicólogos e orientadores. A escola, por atender a crianças e adolescentes de uma região periférica do município, deveria possuir profissionais preparados para atender a esta demanda.

Entre os elogios, os respondentes citaram o grande benefício que esta modalidade de ensino promove para a comunidade e ao município. Destacaram que a educação integral promove resultados a longo prazo e que estes resultados serão sentidos, dentro da própria comunidade, no decorrer do tempo, com a redução dos índices de marginalidade, evasão escolar e repetência. Este modelo de ensino amplia o processo de formação cidadã nos alunos, incluindo valores e compromissos com a sociedade.

Para um respondente, a educação integral não deve ser vista apenas como assistencialista, que oferece condições de aprendizado diferenciado para crianças e adolescentes carentes. Este modelo de ensino necessita ter um planejamento que atenda, especificamente, às suas diretrizes - tempo integral e educação integral e a escola deve elaborar um planejamento que envolva a comunidade no processo de ensino-aprendizagem. Destacou, ainda, que a escola integral deve ser vista como única e não separar aulas formais e atividades do contra-turno e acrescentou que, do contrário, a escola integral poderá ser considerada apenas como um local de brincadeiras e alimentação.

O Quadro 3 resume as respostas dos professores do turno integral:

Questões *	Perguntas	Respostas /Comentários
03	Número de turmas atendidas durante o contra-turno.	Todas as turmas.
04	Número de turmas atendidas por professores.	Professores: 6 atendem todas as turmas 3 atendem 5 anos 1 atende um ano
05	Importância do turno integral.	100% importante para a formação de crianças e adolescentes.
06	Benefícios para alunos e comunidade.	Maior permanência no ambiente escolar.
07	Prejuízos para alunos e comunidade.	70% não responderam. 30% tempo imposto para permanência das crianças na escola e afastamento dos laços familiares.
08	Influência das atividades no processo ensino-aprendizagem.	90% reforça os conteúdos formais. 10% não responderam.
09	Mudança de hábitos e atitudes dos alunos.	90% concordaram 10% não responderam.
10	Desafios e dificuldades da implantação.	30% não responderam. 70% - questões financeiras, falta de iniciativa pública, pouca participação da comunidade e a integração dos profissionais.
11	Melhorias necessárias	Espaço físico – 80% Instalações físicas – 70% Recursos e equipamentos – 40% Horário das oficinas – 20% Número de oficinas – 20% Tipos de oficinas – 40% Capacitação dos professores – 50% Atendimento especializado, (orientador educacional, psicólogo, etc.) – 50%.
12	Sugestões, elogios e críticas.	Propostas pedagógicas que atendam ao regime integral de educação.

Quadro 03 – Resultados dos questionários - Professores

Fica evidente que a opinião da maioria aponta para a importância da escola integral para a comunidade. Entre os aspectos mais apontados, estão os benefícios sócios educativos promovidos por este modelo educacional. Porém, os respondentes destacam a necessidade de planejamentos pedagógicos específicos para esta modalidade de ensino. A escola integral não deve ser gerida da mesma forma que uma escola de turno único, pois, à medida que o tempo e as atividades são ampliados, o planejamento deve ser direcionado e adaptado para atender este modelo de ensino.

2.2.2 Direção/Coordenação Pedagógica e Membros da SMEC

Para estes grupos de entrevistados, as questões estavam relacionadas ao processo de implantação do turno integral, quanto às mudanças que ocorreram e a importância que este modelo de ensino promove dentro da escola e no cotidiano dos alunos e familiares.

Através desse questionário ainda buscou-se verificar a qualificação dos profissionais que atuam durante o período integral e as parcerias entre a escola e agentes educativos comunitários. Por fim, procurou-se identificar os benefícios do turno integral para os alunos, prejuízos existentes em decorrência do tempo escolar amplificado, a influência no processo de ensino-aprendizagem, desafios e dificuldades em relação à implantação e sugestões.

As questões destinadas à direção e coordenação pedagógica da escola e aos membros da SMEC receberam respostas com grande diferença de opiniões.

O quadro número quatro (04), abaixo, sintetiza as respostas para as questões encaminhadas para estes grupos:

Questões*	Perguntas	Respostas /Comentários
01	Critérios utilizados para escolha da EMEF São José	Direção: necessidade cultural e melhores condições educacionais. Coordenação: problemas sociais. SMEC: baixo IDEB e problemas sociais.

02	Processo de implantação.	<p>Diretor: efetivou-se com os recursos do Programa Mais Educação.</p> <p>Secretário: dificuldade de encontrar profissionais capacitados, pouco interesse da comunidade.</p> <p>Técnica e assessora em Projetos e Programas: dificuldade para investimentos, formação de professores para atuarem no turno integral, pouca participação da comunidade.</p> <p>A coordenadora pedagógica e um membro da SMEC não responderam a esta questão.</p>
03	Mudanças ocorridas com a implantação.	<p>Diretor: aprendizagem e disciplina.</p> <p>Coordenadora: maior permanência dos alunos e rotina diária.</p> <p>Secretário: a identidade da escola, reconhecimento da comunidade.</p> <p>Técnica e assessora em Projetos e Programas: aumento no índice do IDEB e maior participação da comunidade.</p> <p>Coordenadora geral pedagógica: melhor comportamento dos alunos, menor índice de atendimentos do Conselho Tutelar.</p>
04	Importância.	<p>Diretor: maior tempo de permanência na escola.</p> <p>Coordenadora: colabora para o processo de aprendizagem.</p> <p>Secretário: educação de qualidade e diversificada promove mudanças.</p> <p>Técnica e assessora em Projetos e Programas: desenvolve o processo de ensino em crianças e adolescentes e mantém os mesmos dentro da escola, aumento no índice do IDEB e maior participação da comunidade.</p> <p>Coordenadora geral pedagógica: proporciona uma educação diferenciada aos alunos.</p>
05	Qualificação dos professores	<p>Diretor: todos possuem qualificação em suas áreas.</p> <p>Coordenadora: são qualificados, na maioria.</p> <p>Secretário: todos possuem qualificação em suas áreas.</p> <p>Técnica e assessora em Projetos e Programas: alguns professores que atendem as atividades são acadêmicos e voluntários; o restante dos professores são nomeados e com formação.</p> <p>Coordenadora geral pedagógica: todos os professores possuem formação específica nas atividades em que trabalham.</p>
06	Parcerias entre a escola e agentes comunitários.	<p>Diretor: salão de beleza, desenho, crochê. Coordenadora: desenvolvem atividades empreendedoras no espaço escolar. Os parceiros comunitários são buscados pela direção da escola e desenvolvem atividades empreendedoras no espaço da mesma.</p> <p>Secretário: poder público é o órgão mantenedor.</p> <p>Técnica e assessora em Projetos e Programas: Poder Executivo, Judiciário, Conselho Tutelar, Associação dos Moradores do bairro.</p> <p>Coordenadora geral pedagógica: voluntários da comunidade</p>
07	Benefícios para alunos e comunidade.	<p>Diretor: aprendizagem e maior permanência na escola.</p> <p>Coordenadora: mantém os alunos na escola, pouco contribui para a aprendizagem.</p> <p>Secretário: evita marginalização e proporciona educação diferenciada.</p> <p>Técnica e assessora em Projetos e Programas: diminuição de repetência e evasão</p>

		<p>escolar promove novos comportamentos nos alunos.</p> <p>Coordenadora geral pedagógica: mantém as crianças e adolescente mais tempo na escola, proporciona uma formação diferenciada e desenvolve novos valores (respeito, responsabilidade).</p>
08	Prejuízos para alunos e comunidade.	Não houve registro de prejuízos.
09	Influência das atividades desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem.	<p>Diretor: desenvolve o processo de ensino e aprendizagem.</p> <p>Coordenadora: não influencia, alunos frequentam a escola para participarem das atividades no contra-turno.</p> <p>Secretário: reforça as aulas formais e permite a formação cidadã.</p> <p>Técnica e assessora em Projetos e Programas: eleva a autoestima e contribui para a mudança de postura em relação ao ensino.</p> <p>Coordenadora geral pedagógica: ideal para formação de sujeitos e só aprimora o processo de aprendizagem, eleva a autoestima, compromisso, habilidades físicas e motoras, higiene, concentração, organização, valores e atitudes.</p>
10	Mudança de hábitos e atitudes.	<p>Diretor: disciplina</p> <p>Coordenadora: Não houve mudanças.</p> <p>Secretário: autoestima, caráter e moral.</p> <p>Técnica e assessora em Projetos e Programas: comprometimento, responsabilidade.</p> <p>Coordenadora geral pedagógica: mais responsabilidade diante da escola.</p>
11	Relação entre o processo de ensino formal e as atividades.	<p>Diretor: planejamento é desenvolvido em conjunto.</p> <p>Coordenadora: inexistente.</p> <p>Secretário: em fase de construção.</p> <p>Técnica e assessora em Projetos e Programas: em fase de construção.</p> <p>Coordenadora geral pedagógica: em fase de construção.</p>
12	Desafios e dificuldades.	<p>Diretor: organização das oficinas como um conjunto único.</p> <p>Coordenadora: profissionais dispostos a trabalhar com este modelo de ensino.</p> <p>Secretário: custo elevado.</p> <p>Técnica e assessora em Projetos e Programas: participação da comunidade, relação do ensino formal com as atividades no contra-turno.</p> <p>Coordenadora geral pedagógica: maior participação da comunidade e conscientização, por parte dos professores, em considerar a escola integral como um todo.</p>

13	Necessidade de melhorias.	Diretor: espaço físico, instalações, recursos e equipamentos, capacitação dos professores e atendimento especializado. Coordenadora: espaço físico, instalações, recursos, equipamentos, horário das oficinas, tipos de oficinas, capacitação dos professores e atendimento especializado. Secretário: espaço físico e instalações. Técnica e assessora em Projetos e Programas: espaço físico, instalações, capacitação dos professores e atendimento especializado. Coordenadora geral pedagógica: espaço físico, instalações, capacitação dos professores e atendimento especializado.
14	Sugestões, elogios e críticas	Diretor: mudança de comportamento dos alunos e em relação ao aprendizado. Coordenadora: não respondeu. Secretário: ampliação do turno integral para outras escolas. Técnica e assessora em Projetos e Programas: experiência significativa. Coordenadora geral pedagógica: não respondeu.

Quadro 04 – Resultado dos questionários - Direção/Coordenação Pedagógica/membros SMEC

Nessa parte da pesquisa, verificaram-se contradições de opiniões, existentes entre os membros deste grupo.

A primeira questão se referiu aos critérios estabelecidos para a escolha da escola da EMEF São José receber o regime integral de educação. Os respondentes, na totalidade, destacaram que as condições sociais e econômicas se somaram para a escolha da escola. A escolha da EMEF São José para receber o turno integral ocorreu, devido à necessidade cultural existente na comunidade e para evitar a marginalização de crianças e adolescente do bairro Frei Olímpio. Em virtude da carência dos moradores, a implantação teve o objetivo de retirar as crianças da rua e permitir-lhes um atendimento diferenciado através da educação.

Quanto ao processo de implantação do regime integral na escola, a diretora argumentou que “o início do processo de implantação ocorreu há dois anos, através de uma regulamentação, que desenvolveu normas e critérios para o regime integral da escola. Neste ano de 2011, a escola adquiriu, por meio do Programa Mais Educação do MEC, mais recursos e introduziu novas oficinas, entre elas basquete de rua, ginástica rítmica, rádio escolar, *taekwondo*, letramento e robótica, além das atividades já realizadas”. A participação da

coordenação da escola foi mínima, por ter sido transferida para a escola somente no início do ano de 2011, não tendo acompanhado o processo de implantação.

Para os membros da SMEC, várias foram as iniciativas para estimular crianças e adolescentes a frequentarem a escola em dois turnos. No entanto, segundo os respondentes, perdia-se o interesse pelas atividades e/ou diminuía-se o investimento em recursos humanos e financeiros. A estrutura física também influenciou no processo e, sobre isso os respondentes argumentam que “a questão do prédio da escola não pertencer ao município e, sim, sendo locado dificultava o investimento”. A pouca participação da comunidade e o pouco interesse dos educandos eram fatores negativos para esta proposta. O próprio regimento escolar não contemplava o tempo integral.

Somente em 2010, iniciou-se um processo de formação para professores para atuarem sob o regime integral e a escola foi contemplada com várias oficinas, lanche, almoço, uniforme entre outros. O Programa Emancipar do RS assumiu as oficinas com materiais pedagógicos e didáticos. A escola passou por reformas e foi contemplada com um laboratório de informática, biblioteca, sala de danças e espaços para oficinas. Em 2011, a escola, através do Programa Mais Educação (estratégia do Governo Federal para implantação da escola em tempo integral) com recursos para seis oficinas, complementação da merenda e ressarcimento de monitores: acompanhamento pedagógico, robótica, *taekwondo*, ginástica rítmica, rádio escolar e basquete de ruas. A SMEC já mantinha outras oficinas: artesanato, artes, música e atividades esportivas. Através do Programa Mais Educação, ocorreu um trabalho com professores e pais, com o objetivo de construir ações que fortalecessem a relação entre a escola e a comunidade. Em 2011 a escola foi assessorada pela SMEC, para a realização do PDE, o qual foi validado pelo MEC; o regimento escolar também foi alterado, para adaptar-se ao novo sistema educacional.

Quanto às mudanças ocorridas na escola com a implantação do regime integral, existiu semelhança entre as respostas. Para a direção e coordenação, ocorreram mudanças na aprendizagem e na disciplina dos alunos. A permanência dos alunos no espaço escolar e a rotina diária foram as principais razões e o turno integral promoveu mudanças comportamentais. Essas mudanças foram estimuladas pela variedade de atividades e pelo

envolvimento que estas atividades provocam na vida dos alunos. Desta forma, os alunos se comprometem mais, adquirem responsabilidades, aprendem a respeitar e valorizar o ambiente escolar.

Para os membros da SMEC, “os alunos que participam, ativamente, das atividades da Escola Integral tiveram mudanças no comportamento, adquirindo mais oportunidades em participar de atividades diferenciadas. Segundo o Conselho Tutelar, o atendimento na escola e na comunidade diminuiu 50%. Os alunos, mesmo sem a obrigatoriedade, estão frequentando a escola durante o turno integral. Houve um aumento no IDEB e a comunidade, cada vez mais, está participando das ações da escola e com mais responsabilidade. Outro apontamento está relacionado à comunidade, que, com o tempo, passou a reconhecer os objetivos propostos pela Escola Integral”.

Na questão seguinte, os respondentes consideraram a educação integral importante, destacando que a permanência das crianças e adolescentes na escola, por um período maior de tempo, possibilita a diminuição dos riscos sociais na comunidade e, conseqüentemente, no município. O fator econômico é apontado como determinante na participação, pois a maioria das famílias desta comunidade possui baixa renda familiar e, nesse aspecto, a escola integral colabora com alimentação adequada e a segurança de manter as crianças na escola, enquanto os pais estão trabalhando. A direção da escola afirma que, através da escola integral, os alunos permanecem mais tempo dentro do ambiente e essa permanência, além de ampliar o grau de conhecimento dos alunos, ajuda a evitar o risco de marginalização. A coordenação respondeu que a educação em tempo integral colabora para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Os membros da SMEC também fazem referências a estas características. O Secretário de Educação afirma que educação de qualidade desenvolve mudanças nos alunos, que consistem em alterar o perfil dos alunos, quanto ao ensino e à formação cidadã. Os demais membros da SMEC também confirmam estas características, destacando a diminuição dos riscos de marginalização e dos índices de reprovação e evasão escolar, e, também, por proporcionar uma educação diversificada.

Sobre a qualificação dos profissionais que atuam durante as atividades no contraturno, os respondentes afirmaram que os profissionais são qualificados para as respectivas

áreas de atuação. Porém, apontaram o desinteresse, entre alguns profissionais, em se comprometerem com o sistema integral. Os respondentes argumentaram que a escola integral exige grande empenho por parte dos professores que atuam nesse regime de ensino e que tempo integral significa um processo de ensino completo, com aulas formais e atividades no contra-turno. Para esta questão, a direção da escola, o Secretário de Educação e a coordenadora geral pedagógica da SMEC afirmaram que os professores possuem qualificação e a coordenadora pedagógica da escola destacou que a maioria possui. A assessora de Projetos e Programas da SMEC respondeu que “alguns professores que atendem as atividades são acadêmicos e voluntários; o restante dos professores é nomeado e com formação”. A direção da escola afirmou que todos os professores são habilitados e a coordenação que a maioria possuiu qualificação. Já os membros da SMEC, com exceção do Secretário de Educação, afirmaram que são acadêmicos e voluntários. Os demais professores, independentes do Programa Mais Educação, são nomeados e possuem habilitação nas áreas que atuam.

Quanto à existência de parcerias entre a escola e a comunidade, a direção/coordenação da escola e os membros da SMEC responderam, que “as parcerias constituem-se por meio de atividades empreendedoras: salão de beleza, desenho, crochê e por meio do Conselho Tutelar, Associação do Bairro, Poder Executivo e Judiciário.” Os parceiros comunitários são buscados pela direção da escola e desenvolvem atividades empreendedoras no espaço da mesma. De acordo com os membros da SMEC, os parceiros constituem-se de agentes comunitários. São voluntários convidados pela escola a ministrarem oficinas que promovam a educação empreendedora. O exemplo disso, conforme este grupo, é que são realizadas aulas de estética capilar e oficinas de desenho artístico.

Na questão que investiga sobre os benefícios da educação integral para os alunos e para a comunidade, os respondentes afirmaram que a escola integral proporciona um processo de aprendizagem melhor, mais tempo de permanência na escola e oportunidade de terem uma qualificação. Para a coordenação da escola, a educação integral, apesar de manter os alunos fora das ruas, pouco tem contribuído em relação à aprendizagem. Para os membros da SMEC, os benefícios são a diminuição da repetência, a melhor forma de aprendizagem, a mudança de comportamento, mais compromisso com as atividades desenvolvidas na escola. Ainda, entre

os benefícios listados, a escola integral proporciona a formação integral dos alunos, valorização do ser humano e aumento da autoestima.

Sobre os prejuízos, a totalidade deste grupo considerou a educação integral benéfica para os alunos e comunidade, proporcionando vantagens no âmbito educacional e social.

Respondendo sobre a influência das atividades, a direção/coordenação destacou que “as atividades no contra-turno, muitas vezes, não favorecem ao processo de ensino-aprendizagem, os alunos não dão importância para o ensino formal e isso, em algumas ocasiões, implica na baixa *performance* dos professores, que sentem a diferença dos alunos que participam de suas aulas”. Já para os membros da SMEC, a opinião é diferente: “todas as atividades desenvolvidas são de formação de sujeitos educativos e sua integridade, o que é desejo do processo educativo, que não consegue ser atingido pela escola de quatro horas diárias. A escola de tempo integral é ideal na formação de sujeitos e só aprimora o processo de aprendizagem, constrói um caráter comprometedor como cidadão”. Estes respondentes apontaram que a influência é significativa, pois são desenvolvidas atividades que elevam a autoestima, compromisso com a escola e as atividades, habilidades físicas e motoras, higiene, concentração, organização, valores e atitudes.

A questão que se refere à mudança de hábitos e atitudes dos alunos apresentou algumas contradições entre os respondentes. A direção da escola afirmou que os alunos passam a ter novos comportamentos, se tornam mais disciplinados, responsáveis. A coordenadora da escola afirmou que não ocorreram mudanças significativas com a implantação do turno integral na escola e que os alunos frequentam a escola, apenas para participarem das atividades no contra-turno, sem se preocuparem com o ensino formal. Quanto aos membros da SMEC, consideraram que promove a mudança de hábitos e atitudes nos alunos. A escola permite ao aluno conhecer novas fontes de conhecimento e disponibiliza oportunidades de crescimento, através de atividades empreendedoras que despertam o interesse dos alunos. Para estes, a escola integral transforma, gradativamente, a postura do aluno, estimula mais responsabilidade com os compromissos da escola, maior dedicação e envolvimento nas tarefas, e respeito entre colegas.

Outro ponto citado é a relação entre o ensino formal e as atividades no contra-turno. Nesta questão, também se encontraram contradições de opinião. Para a direção da escola a relação entre o ensino formal e as atividades do contra-turno são realizadas por meio de planejamentos que procuram integrar as disciplinas formais às atividades no turno inverso. A coordenação afirma a inexistência da relação entre as atividades e o ensino formal. Nesse caso, verifica-se a existência de pessoal para instrução das atividades, porém, conforme a coordenação existe má vontade na forma de trabalho dos professores, e, em alguns casos, a resistência quanto ao sistema integral, por este desestimular os alunos durante o período formal de ensino. Muitos professores ainda consideram as atividades do contra-turno como uma forma à parte da escola e não como um conjunto único que deveria ser. Para os membros da SMEC, a relação da escola integral com o ensino formal foi uma das maiores dificuldades de todo o processo de implantação e ainda está em fase de ser concluído.

Quanto aos aspectos físicos, os respondentes destacaram a necessidade de ampliação dos espaços para a realização das atividades e melhores equipamentos. Consideraram importante, também, a ampliação de atividades, o que consiste em adicionar mais oficinas durante o turno integral.

2.2.3 Pais de alunos

Em relação aos questionários destinados aos pais, o número previsto para a aplicação da coleta de dados foram sessenta (60) pais, no entanto somente trinta e quatro (34) responderam aos questionários.

Neste grupo procurou-se identificar os benefícios e prejuízos que a educação integral proporciona para pais e alunos, assim como a prejuízos e dificuldades existentes.

No Quadro 5 apresenta-se a síntese dos resultados obtidos através da aplicação da coleta de dados aos pais:

Questões *	Perguntas	Respostas/comentários
01	Número de filhos na escola	14 pais têm um filho na escola 13 pais têm dois filhos na escola 03 pais têm três filhos ou mais na escola 01pai não respondeu
02	Número de pais, por nível dos filhos.	1º Ano – 06 2º Ano – 06 3º Ano – 13 4º Ano – 10 5º Ano – 03 6º Ano – 10 7º Ano – 10 8º Ano – 04 9º Ano – 02
03	Satisfação dos filhos.	99% dos pais confirmaram a satisfação 01% não respondeu.
04	Satisfação dos pais.	100% registraram satisfação com o turno integral.
05	Benefícios para os filhos.	Alimentação; atividades diferenciadas; mais aprendizado; mais tempo na escola – mais segurança; desenvolve novas habilidades; maior dedicação aos estudos; melhor comportamento das crianças; não responderam.
06	Benefícios para os familiares.	100% dos pais responderam segurança e disciplina.
07	Prejuízos/dificuldades	Somente dois pais registraram: 1. Mais tempo na escola atrapalhou a convivência familiar; 2. Crianças mais preocupadas com atividades na escola do que com tarefas de casa.
08	Prejuízos/dificuldades em relação à família	Não fizeram registros
09	O que deve ser modificado	Instalações; horário; tipos de oficinas.
10	Sugestões e críticas	Melhorar a merenda escolar; aumentar o tempo escolar; professores mais qualificados; mais oficinas; melhorar o ensino; melhorar as instalações.

Quadro 05– Resultado dos questionários - Pais

Através dos questionários aplicados aos pais, notou-se, em geral, grande satisfação em relação ao fato dos filhos estarem estudando em uma escola de turno integral.

Quanto à opinião dos pais sobre a satisfação dos filhos com a escola integral, 90% dos respondentes afirmaram que há resultados positivos. As crianças e adolescentes estão satisfeitos por frequentarem a escola com turno integral.

A questão que se refere à satisfação dos pais e familiares sobre a escola integral mostrou que 100% dos respondentes afirmam estarem satisfeitos com a escola integral. Entre os principais benefícios identificados, as atividades diferenciadas foram as mais enumeradas. Em seguida, apareceram respostas quanto ao aprendizado, a diferença sobre a dedicação atual aos estudos e as mudanças de comportamento que aconteceram. Entre as demais opiniões dos pais, também se destacaram a questão da alimentação que as crianças e adolescentes recebem na escola e a segurança que o maior tempo de permanência na escola proporciona. A opinião dos pais em relação à alimentação se justifica pelo fato de muitas famílias não possuírem condições de fornecer uma alimentação adequada aos filhos e, através da escola, isso ser possível.

Para os pais, a escola integral proporciona aos filhos uma educação mais ampla. O fato de terem filhos por mais tempo no ambiente escolar beneficiou os hábitos dos filhos. Nesse sentido, os filhos melhoraram suas atitudes em casa, sentem-se mais atraídos para irem à escola, se tornaram mais dedicados em suas tarefas escolares e também em casa. Outro ponto abordado pelos pais é a questão da segurança, os pais ficam mais tranquilos por terem os filhos na escola, e não nas ruas.

Sobre os prejuízos que a escola integral trouxe, a minoria dos respondentes fez registros sobre esta questão. Entre estes prejuízos, alguns pais destacaram que a escola integral, por manter os alunos mais tempo na escola, prejudica o relacionamento familiar e ainda faz com que as crianças fiquem mais preocupadas com os compromissos da escola e não com suas tarefas caseiras.

Do total de trinta e um (31) pais de alunos respondentes, apenas dois (2) apontaram prejuízos, embora sejam na vida pessoal dos estudantes, como interesse maior pelo convívio e atividades escolares do que domésticos.

Ao serem questionados sobre sugestões de modificações, citaram instalações, horário e tipos de oficinas, além de citarem outros pontos, os quais não foram especificados. Porém, 80% dos responsáveis pelos estudantes indicaram melhorar a merenda escolar, o ensino e as instalações, aumentar o tempo de permanência na escola, ter professores mais qualificados e mais oficinas.

2.2.4 Discussão dos resultados e sugestões de melhoria

Ao analisarmos as respostas dos três grupos pesquisados, verificou-se que, em ambos, havia concordância da maioria dos respondentes, para os mesmos questionamentos. Quando houve discordância, sempre era apresentada pela minoria dos entrevistados. Nessa comparação devemos considerar que os profissionais da educação possuem o conhecimento do processo ensino-aprendizagem, já, os pais dos alunos, não tendo esse conhecimento acadêmico, irão opinar baseados na convivência e o que ele espera de colaboração dos filhos.

Para os membros da SMEC e da direção/coordenação escolar, as perguntas foram no sentido de conhecer os critérios de escolha desta escola para a implantação do novo sistema, além da visão dos gestores de como ela foi feita e está sendo organizada.

Analisando os dados, expostos acima, percebem-se, claramente, num mesmo grupo de profissionais, respostas contraditórias, e, também, respostas que não estão em consonância sobre um mesmo assunto.

Quanto aos critérios estabelecidos para a implantação da proposta da escola integral na EMEF São José, todos responderam a questão de maneira uniforme, isto é, concordaram que a escolha foi determinada pela condição social dos alunos desta escola e por conviverem com a marginalidade que os cercam.

No assunto que aborda as formas de estímulos para que crianças e adolescentes frequentassem a escola no turno inverso, analisando as respostas dadas, nota-se que uma resposta completa a outra.

No que se refere às atitudes dos alunos, pais e professores salientam que a escola integral está ajudando na mudança de comportamento. Também concordam que escola em turno integral promoverá mais mudanças ainda e conhecimento mais amplo, aos alunos do ensino fundamental.

Sobre a qualificação dos profissionais que atuam no turno inverso da escola integral, nota-se que não entenderam o questionamento, pois apontaram ser qualificados para atuar nas

diferentes oficinas, sendo que, apesar disso, alguns são desinteressados nas funções que desempenham. Sendo que são professores acadêmicos na área em que atuam, voluntários e professores nomeados.

Sobre o questionamento de prejuízos e benefícios, mesmo enfocando aspectos distintos, todos os pais e professores concordam sobre as parcerias e consequências que a educação integral traz para a comunidade escolar, com a maioria dos dois grupos apontando benefícios.

A direção e a coordenação da escola tiveram respostas contraditórias em relação aos demais grupos. Ao responderem que as atividades no turno inverso não favorecem ao processo ensino-aprendizagem dos alunos, já que estes não se interessam pelo ensino formal, salientaram que tudo isso ocorre pela baixa *performance* dos professores. Isto é bastante diferente da visão dos professores que atuam na SMEC, pois, para eles, todas as atividades desenvolvidas ajudam na formação dos sujeitos educativos.

São visões distintas dos dois profissionais que trabalham na direção da mesma escola, quando avaliam a mudança de hábitos de seus alunos. Acontece a mesma coisa, quando questionadas sobre a relação do ensino formal e as atividades no turno inverso, ou seja, tem opiniões opostas.

Todo processo de mudança, incluindo as de metodologias, gera insegurança e dúvidas. Por esta razão, acredita-se haver tantas diferenças entre as opiniões de professores, direção e SMEC.

A escola integral é uma nova proposta, que veio para melhorar a educação básica pública. Sendo algo novo, é natural, muitas vezes, as discordâncias e contradições, pois todos os envolvidos nesse processo precisam modificar seus objetivos, sua metodologia de ensino, recursos pedagógicos e formas de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as primeiras experiências em educação integral no Brasil, pode-se verificar que este sistema tende a proporcionar uma educação diferenciada a crianças e adolescentes. Desenvolve uma formação completa, oferecendo, além de aulas formais, atividades voltadas à cultura, esporte, desenvolvimento de habilidades e a formação cidadã.

Durante o estudo realizado sobre o sistema integral de educação no Município de Três Passos, procurou-se identificar os benefícios que este modelo de ensino proporciona para alunos que atuam sob este regime, assim como à comunidade escolar, tendo como alvo a EMEF São José.

Através da coleta de dados realizada, constatou-se que os entrevistados, em sua maioria, consideram que o sistema integral de educação inserido na escola traz benefícios importantes para alunos e comunidade escolar. Entretanto, além dos benefícios, alguns observaram questões que merecem atenção. Entre elas, o desenvolvimento de propostas pedagógicas que atendam às necessidades de uma escola com turno integral. Segundo os respondentes, isso se refere a considerar a escola como única e não considerar as atividades do turno integral como forma de entretenimento. Também apontam para a maior dedicação dos professores na realização das atividades da escola, integralizando o ensino formal com as atividades fornecidas no contra-turno.

A escola, por localizar-se em uma área de grande risco social, sempre conviveu com problemas relacionados ao grande índice de repetência e à evasão escolar. Estas características motivaram o poder público municipal a promover iniciativas que possibilitassem a mudança deste quadro.

O processo que levou a escola a empregar a modalidade de turno integral passou, inicialmente, por muitas dificuldades, falta de investimentos, pouco interesse por parte da comunidade e a baixa participação dos educandos no desenvolvimento deste processo. Quando iniciou a implantação do sistema integral, a partir do ano letivo de 2010, a escola investiu na formação de professores, para atenderem a este modelo de ensino, e passou a

oferecer várias oficinas, no contra-turno.

Em 2011, a escola recebeu recursos do MEC, através do Programa Mais Educação, que incentiva a iniciativa de introduzir este regime escolar. Com os recursos financeiros recebidos pelo programa, a escola adquiriu equipamento e material para a realização de novas oficinas e contratou novos profissionais, especializados, para a realização das atividades. O regimento escolar, para se adequar, precisou ser revisado e adaptado à nova situação

Segundo os professores que atuam na escola, a educação integral melhora as condições de vida da população envolvida. Os alunos, além de permanecerem mais tempo na escola, ficam menos expostos a riscos de marginalização.

Apesar de a escola integral oferecer condições diferenciadas de ensino, ela necessita estabelecer algumas mudanças necessárias para sua efetiva normatização. Segundo dados coletados junto à direção/coordenação e SMEC, constatou-se que é preciso conscientizar a comunidade da importância deste sistema para a formação de crianças e adolescentes e dos resultados esperados para a própria comunidade.

Outra verificação feita, através dos resultados, foi quanto à formação dos professores para atuarem neste regime escolar. Esta questão se refere a professores que desempenham a educação de forma integral. Nesse caso os professores ainda necessitam adaptar-se ao novo modelo de ensino e seguir o que o novo regimento da escola objetiva. Para isso é necessário que existam cursos de capacitação de profissionais para aturem no regime integral. Isso não significa que os professores não sejam capacitados dentro de suas áreas específicas, mas sim como devam atuar com suas atividades no turno integral, objetivando trabalhar com a educação integral com única e não separadamente.

Também é necessário que os professores considerem a escola integral como um todo, não fazendo distinção entre a educação formal e integral, como se fossem duas atividades diferentes, mas que envolvam as duas modalidades em uma só. Para isso, segundo os respondentes, deve existir mais comprometimento dos professores na construção desta proposta, fazer com que os professores se interessem mais por esta nova modalidade de ensino.

Para os pais, o turno integral, desde sua implantação, promoveu mudanças significativas na vida das crianças que participam das atividades desenvolvidas. Essas mudanças apresentam melhor comportamento, mais interesse na escola, mais dedicação aos estudos e mais incentivo para frequentarem a escola. Os pais ainda se beneficiaram deste sistema, pelo fato de trabalharem, enquanto seus filhos permanecem em ambiente escolar.

Mesmo que a EMEF São José esteja encaminhando-se no desenvolvimento e aplicando uma educação integral, faltam objetivos a serem cumpridos e existe uma necessidade continua de capacitar cada vez mais os profissionais da educação para atuarem no sistema integral. Alguns professores ainda consideram a EMEF São José como uma escola que oferece atividades diversificadas de ensino, além da educação formal. Um dos objetivos em capacitar os profissionais que atuam na escola é fazer com que eles integrem as duas modalidades em uma única forma de aprendizado.

De acordo com as informações obtidas junto aos membros da SMEC, existe a proposta de implementar o regime educacional para outra escola do município, a EMEF 25 de Julho. Esta ideia parte dos resultados alcançados na EMEF São José, já em funcionamento. Entre os objetivos de ampliação da educação integral, proporcionando uma educação que desenvolva mais e outras habilidades nos alunos da rede, a proposta do programa de escola integral, será, gradativamente, ampliado para outras escolas do município, sendo que é esta a meta de alcançar uma educação de qualidade e diversificada.

De acordo com as informações coletadas durante a pesquisa, constatou-se que a escola integral no município de Três Passos, sediada na EMEF São José, mesmo que necessite ainda rever algumas questões, está no caminho certo para alcançar seus objetivos.

Através da educação integral, percebem-se as mudanças provocadas na vida de crianças e adolescentes e estes resultados não são limitados ao caráter assistencialista que este modelo demonstra. No entanto, a educação vai muito além, buscando promover a formação humana em determinadas esferas do conhecimento, nos esportes, atividades artísticas, no desenvolvimento de novas habilidades, na participação, valorização, comprometimento e responsabilidades.

A pesquisa realizada na EMEF São José procurou identificar os benefícios que o sistema integral proporciona para a comunidade e para a formação dos alunos. Com base nos dados coletado através dos questionários com professores, direção e coordenação pedagógica da escola, e também com membros da SMEC, constatou-se que a escola integral promove uma mudança significativa na vida dos alunos. Mesmo que existam metas a serem cumpridas, a opinião dos respondentes demonstra ser favorável quanto aos benefícios que a escola proporciona. Benefícios que estão relacionados à formação cidadã dos alunos, ao processo de ensino-aprendizagem, mudanças de comportamentos, redução dos índices de reprovação e evasão escolar e ainda em relação aos riscos de marginalização.

A escola integral permite a criação de um novo paradigma para a educação, e esta proposta que foi executada no Município de Três Passos através da EMEF São José, já obteve resultados.

Conforme os resultados analisados, a escola integral apresenta uma metodologia educacional bem distinta das desenvolvidas nas demais escolas públicas municipais. Não é uma ideia inovadora, pois já foi pensada e posta em prática em outros lugares e em outras épocas. Mesmo assim, para o nosso município é uma forma de inovar o ensino e uma grande alternativa de melhorar a educação pública. Para isto ocorrer, é necessário o desenvolvimento de planejamentos específicos para este modelo de ensino, assim como a integração entre a comunidade, professores, direção/coordenação escolar, e o poder público. Dessa forma, o objetivo primordial da educação básica irá acontecer e se fortalecer, uma educação mais abrangente e que promova mudanças significativas na construção dos sujeitos educativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLASIS, Eloisa. (org.) **Tendências para Educação Integral**. São Paulo: Fundação Itaú Social, CENPEC, 2011. Disponível em <<http://www.unicef.org.br>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

BOMENY, Helena. **Salvar pela escola: programa especial de educação**. IN: **A FORÇA do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Marieta de Moraes Ferreira (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; ALERJ, 2008. p. 95-127. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

CAVALCANTE, Meire. **Mais oportunidades**. IN: Revista Pátio. Ano XIII nº 51, Ago./Out. 2009.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação Integral: Uma nova identidade para a escola brasileira**. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n.81, p. 247 – 270, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

CIEPs – o esforço começou no RS. **Experiência no RS**. Portal PDT. Disponível em: <<http://www.pdt.org.br>>. Acesso em: jan. 2012.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **História (s) da educação integral**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n.80, p. 83 – 96. abr. 2009. Disponível em: <<http://www.rbed.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

COTRIM, Gilberto. **História Global - Brasil e Geral**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

FERREIRA; Valéria Milena R.; ARCO - VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Chronós e Kairós: o tempo nos tempos da escola**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 63 - 78. 2001.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Lei nº 9.394/96: Biblioteca digital da Câmara dos Deputados. 5º ed. 2011. Disponível em: <<http://www.bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

MEC. **Ministério da Educação e Cultura do Brasil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **CIEP – Centro Integrado de Educação Pública – Alternativa para qualidade do ensino ou nova investida do populismo na educação.** Em Aberto, Brasília, ano 8, n. 44, p.45 - 63, out./ dez. 1989.

MOLL, Jaqueline. (Org.) **Série Mais Educação. Educação integral: texto referência para o debate nacional.** Brasília: Mec, Secad, 2009. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. **Um paradigma Contemporâneo para a educação integral.** IN: Revista Pátio. Ano XIII nº 51, Ago./Out. 2009.

Plano Nacional de Educação – PNE. Lei nº 10.172 de 09 de Janeiro de 2001. Disponível em <<http://www.tce.al.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

PACHECO, Suzana Moreira. **Proposta Pedagógica. Educação Integral. Elementos para o debate necessário.** IN: TV ESCOLA/ SALTO PARA O FUTURO. **Educação Integral.** Ano XVIII boletim 13 – Agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

TEIXEIRA, Anísio. **Centro Educacional Carneiro Ribeiro.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 78 – 84, Jan/Mar. 1959.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS. Secretaria Municipal de Planejamento/ Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Escola Integral (proposta).** Três Passos, outubro de 2009

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA (PROFESSORES)

Pesquisa de opinião: O Sistema Integral de Educação na EMEF São José

Cargo na EMEF São José: _____

1. Você atua no turno integral da EMEF São José?

() Sim () Não

2. Quais atividades você desempenha na EMEF São José?

3. Em quais anos você atua?

() 1º () 2º () 3º () 4º () 5º () 6º () 7º () 8º () 9º

4. Em quais turmas você atua:

Responda as questões abaixo de acordo com sua opinião:

5. Você considera a escola de turno integral importante? Por quê?

6. Quais benefícios o turno integral trouxe para o os alunos e comunidade? Por quê?

7. Quais prejuízos o turno integral trouxe para o os alunos e comunidade? Por quê?

8. Qual a influência das atividades desenvolvidas no turno integral no processo de ensino-aprendizagem? Por quê?

9. A escola em tempo integral modifica hábitos e atitudes dos alunos? Por quê?

10. Quais os desafios e dificuldades da implantação do turno integral na EMEF São José? Por quê?

11. O que precisa ser melhorado no turno integral na EMEF São José?

- () espaço físico
- () instalações físicas
- () recursos e equipamentos
- () horário das oficinas
- () número de oficinas
- () tipos de oficinas
- () capacitação dos professores
- () atendimento especializado (orientador educacional, psicólogo, etc.)

() Outro. Qual?

12. Deixe aqui suas sugestões, elogios e críticas em relação ao turno integral?

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA (DIREÇÃO/COORDENAÇÃO E SMEC)

Pesquisa de opinião: O Sistema Integral de Educação na EMEF São José

Cargo na EMEF São José e/ou SMEC: _____

Responda as questões abaixo de acordo com sua opinião:

1. Por que a EMEF São José foi escolhida para receber o regime de turno integral? Quais os critérios utilizados?

2. Como foi o processo de implantação do turno integral na EMEF São José?

3. Quais as mudanças que ocorreram na EMEF São José desde a implantação do turno integral?

4. Você considera a escola de turno integral importante? Por quê?

5. Os professores/monitores possuem qualificação para ministrar e orientar as atividades do turno integral?

6. Existem parcerias entre a escola e outros agentes educativos da comunidade? Quais?

7. Quais benefícios o turno integral trouxe para o os alunos e comunidade? Por quê?

8. Quais prejuízos o turno integral trouxe para o os alunos e comunidade? Por quê?

9. Qual a influência das atividades desenvolvidas no turno integral no processo de ensino-aprendizagem? Por quê?

10. A escola em tempo integral modifica hábitos e atitudes dos alunos? Por quê?

11. Existe uma relação entre o processo de ensino formal e as atividades (oficinas) realizadas durante o turno integral?

12. Quais os desafios e dificuldades da implantação do turno integral na EMEF São José? Por quê?

13. O que precisa ser melhorado no turno integral na EMEF São José?

espaço físico

instalações físicas

recursos e equipamentos

horário das oficinas

número de oficinas

tipos de oficinas

capacitação dos professores

atendimento especializado (orientador educacional, psicológico, etc.)

Outro

Qual? _____

14. Deixe aqui suas sugestões, elogios e críticas em relação ao turno integral?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS (PAIS)

Pesquisa de opinião: O Sistema Integral de Educação na EMEF São José

Marque com um (X) a alternativa correspondente.

1. Quantos filhos você tem estudando em horário integral?

1 2 3 mais de 3

2. Em que ano estuda(m)?

1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º 9º

3. Seu(s) filho(s) está satisfeito com a escola em turno integral.

Muito satisfeito Satisfeito Insatisfeito Prefere não opinar

4. O senhor (a) e a sua família estão satisfeitos com a escola em tuno integral.

Muito satisfeito Satisfeito Insatisfeito Prefere não opinar

5. Quais benefícios o turno integral trouxe para o seu filho?

6. Quais benefícios o turno integral trouxe para o senhor (a) e para a sua família?

7. Quais prejuízos/dificuldades o turno integral trouxe para o seu filho?

8. Quais prejuízos/dificuldades o turno integral trouxe para o senhor (a) e para a sua família?

9. O que pode melhorar na escola durante o turno integral.

() instalações

() horário

() tipos de oficinas

() outro.

Qual?

10. Deixe aqui suas sugestões e críticas em relação ao turno integral?

ANEXOS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**ESCOLA INTEGRAL
(proposta)**

Três Passos, outubro de 2009

PROGRAMA ESCOLA INTEGRAL (proposta)
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JOSÉ

JUSTIFICATIVA

Três Passos localiza-se no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, distante 480 km da capital, Porto Alegre. Com 23.467 habitantes, conforme censo 2007, sua taxa de crescimento populacional foi de -0,74% ao ano entre 2000 e 2007. O município apresentava, um predomínio de mulheres e uma estrutura populacional formada principalmente por adultos (25 a 64 anos). Observando-se a pirâmide etária (vide verso), verifica-se um maior número de pessoas na faixa de 15 a 19 anos.

No que se refere ao rendimento familiar per capita, Três Passos possuía em 2000, a maior parte de suas famílias concentradas na classe “mais que 1 até 3 salários mínimos” (40,09%), seguida da classe “mais que meio até 1 salário mínimo” (25,41%) e da “até meio salário mínimo” (16,42%).

Em 2005, os serviços (exclusive administração pública) constituíam o setor mais expressivo da economia municipal, seguido da indústria. A relevância econômica do setor serviços em Três Passos se manifesta por uma diversidade intermediária na oferta de atividades desse setor.

Quanto aos indicadores de educação, Três Passos tinha, em 2000, 98,52% de pessoas frequentando curso de nível fundamental (considerando a parcela da população entre 7 e 14 anos de idade). O município possui um IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Brasil) de 4,5 nos anos finais e de 4,8 nos anos iniciais. Somente as escolas urbanas realizaram a avaliação que indica o IDEB. Das 4 escolas municipais urbanas, a Escola Municipal de Ensino Fundamental São José obteve 2,9, média mais baixa do município.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental São José inserida no Bairro Frei Olímpio revela várias dificuldades: evasão, repetência, indisciplina, poucos recursos. Na elaboração do PDE – escola que objetiva realizar um planejamento com vistas para a melhoria da educação, professores e direção percebem que a mudança é urgente e necessária.

O Bairro Frei Olímpio, comunidade historicamente marginalizada, pobre, convive com graves problemas sociais. Um indicador que confirma a situação de pobreza da comunidade, refere-se às famílias e pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família. No município são beneficiadas em torno de 1175 famílias, dentre as quais, 422 residem no Bairro. A comunidade é oriunda da zona rural e de município vizinhos que vieram ao município em busca de emprego e do sonho de uma vida melhor. A base econômica do bairro é restrita ao emprego informal e temporário. As famílias convivem com o álcool, drogas e prostituição, o que leva, principalmente as crianças, adolescentes e jovens à um cotidiano expostos à marginalidade. Segundo a Delegacia de Polícia de Três Passos, entre os meses de janeiro e junho de 2009, foram registrados 897 ocorrências criminais, destas 40% envolve a população do Bairro Frei Olímpio.

A administração atual, contempla em seu planejamento iniciativas que objetivam a construção de propostas concretas que viabilizem metodologias diferenciadas para esse público alvo, transformando dificuldades em oportunidades, principalmente para a comunidade escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José.

O Programa Escola Integral beneficiará em torno de 180 alunos matriculados

na Escola Municipal de Ensino Fundamental São José. As atividades serão realizadas nos dois turnos na própria escola e no Ginásio Municipal de Esportes.

Mudanças significativas deverão ocorrer quanto à expansão da rede física, na organização de tempos e espaços, no atendimento diferenciado na alimentação escolar, na capacitação e formação continuada dos professores, e no envolvimento da comunidade.

PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

“Traduzir a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito à dignidade e à convivência familiar e comunitária e uma condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade democrática”

Esse princípio conceitua ideal da “Educação Integral”, e está presente na legislação educacional brasileira e pode ser apreendido em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 207; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 9089/1990); na LDB (Lei 9394/1996), nos artigos 34 e 87; no Plano Nacional de Educação (Lei 10179/2001) e no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei 11494/2007).

OBJETIVO GERAL DA ESCOLA INTEGRAL

Promover a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre profissionais da educação, as famílias e diferentes atores sociais, pois a Educação Integral deve ser associada ao processo de escolaridade, pressupondo a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, jovens e adolescentes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar o tempo e o espaço escolar, diminuindo assim, a exposição de crianças e adolescentes à situação de risco;
- Contribuir para o processo de diminuição dos índices de evasão e repetência escolar e para elevação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;
- Utilizar diferentes linguagens – verbal, musical, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir e expressar suas ideias, interpretar e usufruir produções culturais atendendo às diferentes intenções e situações de comunicações.
- Oportunizar ao aluno aprendizagens de seu interesse, transformando-as em oportunidades que possibilitem a continuidade dos estudos e/ou geração de emprego e renda;
- Oportunizar o acesso às diferentes modalidades esportivas, através de atividades individuais e coletivas, gerando mais saúde, equilíbrio psicológico, físico e motor;
- Validar e instrumentalizar o lazer, resgatando o prazer enquanto aspecto fundamental para a saúde e melhoria e qualidade de vida;
- Repudiar qualquer espécie de violência, adotando atitudes de respeito mútuo,

dignidade e solidariedade nas práticas da cultura corporal do movimento.

RESULTADOS ESPERADOS

- Diminuição dos indícios de evasão e repetência escolar;
- Elevação do IDEB e de outras avaliações externas;
- Diminuir a exposição das crianças e adolescentes à situação de risco;
- Melhoria nas capacidades e habilidades motoras dos participantes;
- Melhoria das condições de saúde e da auto-estima dos participantes;
- Elevação do índice de participação dos pais e comunidade no processo educativo.

METODOLOGIA

O Programa “Escola Integral São José” é operacionalizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura em parceria com Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Planejamento, Conselho Tutelar; Círculo de Pais e Mestres da E.M.E.F. São José, Direção e professores da Escola, voluntários. As atividades estão organizadas em macrocampos conforme sugerido pelo “Programa Mais Educação” da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação.

PÚBLICO ALVO

Alunos matriculado e frequentando regularmente a Escola Municipal de Ensino Fundamental São José

PAPEL DO DIRETOR DA ESCOLA

Por meio de sua ação com o Conselho Escolar, tem o papel de incentivar a participação e a socialização de decisões e de informações com os professores, funcionários, alunos e famílias. Cabe ao diretor promover o debate sobre Educação Integral na escola e na comunidade em reuniões pedagógicas, de estudo e de planejamento. Também cabe ao diretor garantir a relação e a contextualização entre a Educação Integral e a proposta pedagógica da escola, já que a Educação Integral perpassa por todos os segmentos da própria escola, pela reorganização de seus tempos, espaços e nas relações com saberes e práticas. Portanto, o trabalho do diretor refere-se as relações interpessoais, garantindo a participação de todos no projeto na tomadas de decisões e estratégias para mediar conflitos ou superar as dificuldades.

PAPEL DOS PROFISSIONAIS / AGENTES RESPONSÁVEIS PELO PROGRAMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

O objetivo principal dos profissionais é instituir relações para construir redes de aprendizagens, capazes de influenciar favoravelmente ao desenvolvimento dos alunos. O profissional é compreendido como facilitador e mediador de experiências, incentivando e

estabelecendo condições de participação dos alunos na construção e desenvolvimento das oficinas, possibilitando desta forma, o re-significador pedagógico.

VOLUNTÁRIOS

A Educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores, estudantes e agentes culturais (monitores), observando-se a Lei 9608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. Nesta nova dinâmica, reafirma-se a importância e o lugar dos professores e gestores das escolas públicas, sobretudo porque se quer superar a frágil relação que hoje se estabelece entre escola e comunidade. Estudantes universitários poderão acompanhar as atividades, intervindo nos macrocampos que possuem formação específica. Profissionais liberais também poderão contribuir socializando suas experiências através de oficinas de capacitação – manicure, pedicure, cabeleireira, culinária, marcenaria, economia do lar, entre outras.

PROFESSOR COMUNITÁRIO

Professor comunitário é aquele professor que se envolve e possui vínculo de confiança com a comunidade escolar. Aquele que escuta os companheiros e alunos, que busca consenso e acredita em novas ideias e no coletivo. Não é necessário ser professor de formação, mas, o Agente de Saúde, o Presidente da Associação do Bairro, o importante é que seja atuante na comunidade, que se emociona e compartilha as histórias e problemas das famílias e da comunidade.

MACROCAMPOS

01 – ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

- Matemática / Letramento / Ciências / História e Geografia / Sociologia e Filosofia

02 – MEIO AMBIENTE

- Comissões de Qualidade de Vida e Meio Ambiente (Com-Vidas) Agenda 21 Escolar / Horta Comunitária e/ou Escolar

03 – ESPORTE E LAZER

- Recreação / Lazer / Voleibol / Basquete / Futebol / Futsal / Handebol / Tênis de Mesa / Caratê / Natação / Ginástica / Xadrez tradicional / Xadrez Virtual...

04 – DIREITOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO

- Direitos Humanos e ambiente escolar – trabalhos interdisciplinares, projetos articuladores, grupos de estudo e teatro, oficinas de psicodrama, passeios temáticos, campanhas alusivas ao tema dos Direitos Humanos etc. São espaços-tempos para vivência, reflexão...

05 – CULTURA E ARTES

- Leitura / Banda Fanfarra / Canto Coral / Hip hop / Teatro / Pintura / Grafite / Desenho / Escultura / Percussão / Capoeira.

06 – INCLUSÃO DIGITAL

- Software educacional / Informática e tecnologia da Informação;

07 – PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

- Atividades de alimentação saudável/alimentação escolar, saúde bucal, práticas corporais, educação para saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/Aids, prevenção do uso do álcool, tabaco e outras drogas, saúde ambiental, promoção da cultura da paz e prevenção em saúde a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região.

08 – EDUCOMUNICAÇÃO

- Jornal escolar / Rádio escolar / Histórias em quadrinhos / Mídias Alternativas.

09 – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA

- Laboratório e Projetos Científicos.

10 – EDUCAÇÃO ECONÔMICA E CIDADANIA

- Educação Econômica e empreendedorismo / Controle Social e Cidadania.

NECESSIDADES FÍSICAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ESCOLA INTEGRAL

- Construção e/ou adequação de vestiários com chuveiros – masculino e feminino;
- Reforma de Sala de Dança – instalação de espelhos;
- Laboratório de Informática;
- Armários – alunos;
- Armários para material do projeto.

NECESSIDADES RECURSOS HUMANOS

- Coordenador Pedagógico – 40 horas/semanais;
- Professores – turno manhã – 25 horas / semanais;
- turno tarde – 32 horas / semanais;
- Cuidador(a) – 20 horas semanais (dois cuidadores com 10 horas/semanais cada);
- Doméstica – 40 horas/semanais;
- Merendeira (2) – 16 horas/semanais – 8 horas/semanais cada;
- Voluntários – 3 horas/semanais.

NECESSIDADES MATERIAIS

- Uniforme – abrigo completo, bermudas, camisetas, tênis, chinelo, meias;
- Mochila;
- Kit higiene – toalhas de banho e rosto, sabonete, saboneteira, shampoo, creme dental, escova dental, escova e pente para cabelo;
- Material específico para cada MACROCAMPO.

CRONOGRAMA – SUGESTÃO

TURNO DA TARDE

Turmas – alunos que frequentam o Ensino Regular no turno da tarde.

Número de alunos – 80

Idade – 6 a 10 anos

8 horas – Café da manhã

8h30min – Macrocampo – Acompanhamento Pedagógico

8h45min – 11h30min – Macrocampos – Esporte, lazer, cultura e artes, inclusão digital, meio ambiente, direitos humanos em educação, prevenção e promoção da saúde.

10h00min – Lanche

11h30min – Higiene, almoço, macrocampo cultura e artes

13h15min – 17h15min – Ensino Regular

TURNO – TARDE

Turmas – alunos que frequentam o Ensino Regular no turno da manhã

Número de alunos – 80

Idade – 11 a 16 anos

7h30min – 11h30min – Ensino Regular

11h45min – higiene, almoço, descanso, macrocampo

13h30min – Macrocampo - Acompanhamento Pedagógico

14h30min – Macrocampos – Esporte, lazer, cultura, arte, inclusão digital, meio ambiente, direitos humanos em educação, prevenção e promoção da saúde.

15h15min – Lanche

15h30min – 17h15min – Macrocampos

EXEMPLO CRONOGRAMA SEMANAL

TURNO – manhã

TURMAS – Alunos que frequentam o Ensino Regular no período da tarde

NÚMERO DE ALUNOS – 100 alunos

IDADE – crianças entre 6 anos e 10 anos

SEGUNDA-FEIRA

MACROCAMPO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	HORÁRIO	LOCAL
07*	Café da Manhã	Nutricionista Merendeira	8h00min	Refeitório
01*	Letramento Matemática	Professores das áreas	8h30min	Sala 01
03	Xadrez G-A Recreação – G.B	Professores	9h30min	Sala 02 Pátio/Ginásio
03	Xadrez – G.B Recreação G.A	Professores	10h30min	Sala 02 Pátio/Ginásio
07*	Banho	Cuidadores	11h30min	Banheiros/ Vestiários
07*	Almoço	Nutricionista Merendeira	12horas	Refeitório

07-05*	Descanso Contaçon de Histórias	Cuidadores	12h45min	Sala 03
--------	--	------------	----------	---------

13h15min – Aula no Ensino Regular*

**Atividades realizadas diariamente

TERÇA-FEIRA

MACROCAMPO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	HORÁRIO	LOCAL
03 - 06	Dança – G.A Informática–G.B	Professores	9h30min	Sala Dança Laboratório
03 - 06	Dança – G.B Informática-G.A	Professores	10h30min	Sala Dança Laboratório

QUARTA-FEIRA

MACROCAMPO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	HORÁRIO	LOCAL
03 – 05	Basquete – G.A Música/canto-G.B	Professores	9h30min	Ginásio Sala 01
03 – 05	Basquete – G.B Música/canto-G.A	Professores	10h30min	Ginásio Sala 01

QUINTA-FEIRA

MACROCAMPO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	HORÁRIO	LOCAL
03 – 05	Ginástica – G.A Pintura – G.B	Professores	9h30min	Sala Dança Sala 02
03 – 05	Ginástica – G.B Pintura – G.A	Professores	10h30min	Sala Dança Sala 02

SEXTA-FEIRA

MACROCAMPO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	HORÁRIO	LOCAL
03 – 05	Recreação – G.A. Artesanato – G.B.	Professores	9h30min	Pátio Sala 02
03 – 05	Recreação – G.B.	Professores	10h30min	Pátio

				Sala 02
--	--	--	--	---------

EXEMPLO DE CRONOGRAMA SEMANAL

TURNO: Tarde

TURMAS: alunos que freqüentam o Ensino Regular no período da manhã

NÚMERO DE ALUNOS: 100 alunos

IDADE: entre 11 e 16 anos

MACROCAMPO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	HORÁRIO	LOCAL
07*	Almoço	Nutricionista Merendeira	12h30min	Refeitório
07 – 05*	Higiene / Descanso Leitura	Cuidadores	12h45min	Sala 01
01*	Letramento Matemática	Professores das áreas	13h30min	Sala 01
03	Xadrez – G.A Voleibol – G.B	Professores	14h30min	Sala 01 Ginásio
07*	Xadrez – G.B Voleibol – G.A	Professores	16h00min	Sala 01 Ginásio

*Atividades realizadas diariamente

TERÇA-FEIRA

MACROCAMPO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	HORÁRIO	LOCAL
03 - 06	Basquete – G.A Informática–G.B	Professores	14h30min	Ginásio Laboratório
03 - 06	Basquete – G.B Informática-G.A	Professores	16h00min	Ginásio Laboratório

QUARTA-FEIRA

MACROCAMPO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	HORÁRIO	LOCAL
03 – 05	Capoeira – G.A	Professores	14h30min	Sala 01
	Handebol -G.B			Ginásio
03 – 05	Capoeira – G.B	Professores	16h00min	Sala 01
	Handebol-G.A			Ginásio

QUINTA-FEIRA

MACROCAMPO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	HORÁRIO	LOCAL
05	Teatro – G.A.***	Professores	14h30min	Sala 01
	Percussão – G.B.			Sala/Pátio
05	Teatro – G.B.	Professores	16h00min	Sala 01
	Percussão – G.B			Sala/Pátio

SEXTA-FEIRA

MACROCAMPO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	HORÁRIO	LOCAL
05 - 10	Dança – G.A.	Professor(a)	14h30min	Sala de Dança
	Ped.Emp – G.B.	Voluntário(a)		Sala
05 - 10	Dança – G.B.	Professor(a)	16h00min	Sala de Dança
	Ped.Emp. – G.B	Voluntário(a)		Sala